

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA CRISTINA SALES

Orientalismo e Relações Internacionais: Como os Estados Unidos
Ressignificou o Oriente após o 11 de setembro

RECIFE

2017

**Orientalismo e Relações Internacionais: Como os Estados Unidos
Ressignificou o Oriente após o 11 de setembro**

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instrução Cristã - FADIC, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Rodrigo
Santiago da Silva**

RECIFE

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S163o Sales, Mariana Cristina.
Orientalismo e Relações Internacionais: como os Estados Unidos
ressignificou o Oriente após o 11 de setembro / Mariana Cristina Sales.
– Recife, 2017.
66 f. : il. col.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Orientalismo. 3. Ocidente. 4.
Oriente. 5. Terrorismo. 6. George W. Bush. 7. Atentados terroristas. 8.
11 de Setembro. I. Silva, Rodrigo Santiago da. II. Faculdade Damas da
Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2018-073)

MARIANA CRISTINA SALES

**Orientalismo e Relações Internacionais: Como os Estados Unidos
Ressignificou o Oriente após o 11 de setembro**

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instrução Cristã - FADIC, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Rodrigo Santiago da Silva

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Dr. Elton Gomes

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Dr. Thales Castro

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Agradecimento

Agradeço primeiramente a minha mãe, Edna que me ensinou o trabalho duro, coragem e paciência, sempre apoiando minhas escolhas.

À Faculdade Damas pela oportunidade de estudar as Relações Internacionais e despertar interesse na área. Aos meus professores que, durante quatro anos, transmitiram excelentes posições acadêmicas e sempre acreditaram em nosso futuro.

Aos meus amigos de sala, que sempre incentivaram um ao outro, se apoiaram diante dos obstáculos, dividiram o stress ao longo da preparação, além de sua grande diversidade que me fizeram crescer. Também gostaria de agradecer a Robson principalmente porque acreditou em mim todas as vezes que eu duvidei.

Agradeço à minhas colegas de escola que apesar da distância sempre me ajudaram e me encorajaram nos principais caminhos a serem tomados.

Por fim, agradeço ao Professor Orientador Rodrigo Santiago da Silva pela ajuda, paciência e dedicada na orientação. Sem vocês nada disso teria sido possível.

RESUMO

O terrorismo do 11/09 teve várias repercussões, e uma delas é a retomada de estudos orientais por meio de interpretações orientalistas. A teoria de Edward Said sobre Orientalismo elaborado no século XX ainda se mostra bastante atual, e pode ser analisada à luz de um mundo Pós Guerra Fria, globalizado e marcado por atores transnacionais capazes de mudar a segurança internacional, como os terroristas. Dessa forma, o presente trabalho busca analisar as identidades Ocidentais e Orientais construídas ao longo da história, destacando a presença de uma hegemonia cultural e processos de dominação nessas identificações, em um movimento que têm provocado não só na antiguidade, mas no mundo contemporâneo uma série de desigualdades, e equivocadas interpretações de outras culturas, na medida em que produz preconceitos e discursos de ódio, gerando por fim atos violentos, conflitos, disputas pelo poder e uma nova onda de terrorismos. O discurso de George W. Bush pode ser representado como a nova interpretação do Ocidente liderado pelos EUA sobre o Oriente a partir da definição da nova política externa, chamada de Guerra ao Terror.

Palavras-Chave: Orientalismo. Ocidente. Oriente. Terrorismo. George W. Bush. Atentados Terroristas de 11 de Setembro.

ABSTRACT

The terrorism of 9/11 has had several repercussions, and one of them is the uprising of Oriental studies through Orientalist interpretations. Edward Said's theory of Orientalism in the twentieth century is still quite current, and can be analyzed in the light of a post-Cold War world globalized and marked by transnational actors capable of changing international security, such as terrorists. Thus, the present work seeks to analyze the Western and Eastern identities built throughout history, highlighting the presence of a cultural hegemony and processes of domination in these identifications, in a movement that has provoked not only in antiquity, but in the contemporary world a series of inequalities, and misinterpretations of other cultures, insofar as it produces prejudices and discourses of hatred, generating at last violent acts, conflicts, disputes over power and a new wave of terrorisms. George W. Bush's speech can be represented as the new US-led Western interpretation of the Orient from the definition of the new foreign policy, called the War on Terror.

Keywords: Orientalism. West. East. Terrorism. George W. Bush. Terrorist Attacks of September 11th.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

FIGURA 1 - OS TRÊS ORIENTES

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO MUNDIAL DA POPULAÇÃO MUÇULMANA

FIGURA 3 - MAPA DO ORIENTE MEDIO

FIGURA 4 - ACORDO SYKES PICOT

FIGURA 5- ANÁLISE DE SIMILITUDE

FIGURA 6 - NUVEM DE PALAVRA

TABELA 1 - GASTOS MILITARES DOS EUA ENTRE 2001 E 2009

QUADRO 1 - ANÁLISE DE FREQUÊNCIAS

QUADRO 2 - ANÁLISE DE FREQUÊNCIA POR DISCURSO

LISTA DE SIGLAS

09/11- 09 de setembro de 2001

AUMF- Autorização para o Uso de Força

CIA - Central Intelligence Agency (Central de inteligência americana)

ETA - Pátria Basca e Liberdade

EUA - Estados Unidos da América

FISA - Lei de Vigilância e Inteligência Estrangeira

FMI - Fundo Monetário Internacional

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)

ISI - Interserviços de Inteligência

OLP - Organização para a Libertação da Palestina

ONG's - Organizações Não Governamentais

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

RI - Relações Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O ORIENTALISMO	14
O império romano e a divisão ocidente-oriente	15
Colonialismo e orientalismo- França e Inglaterra	17
Estados Unidos como criador de novos orientalismos.....	22
2. AS TEORIAS CONSTRUTIVISTA E REALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	31
Teoria realista e terrorismo	31
As relações internacionais e o construtivismo	35
3. O 11 DE SETEMBRO E O DISCURSO DE GEORGE W. BUSH NA GUERRA AO TERROR	42
O Ataque as torres gêmeas no 11 de Setembro de 2001	43
A nova política externa de Bush em 2001.....	45
Resultados obtidos pelo IRAMUTEQ.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos, após a Guerra Fria, têm se tornado o hegemônico e com o terrorismo em seu solo aponta a si mesmo como condutor de todos os países do ocidente em como tratar, conseqüentemente, representar o oriente terrorista pelo mundo. Assim, engrandecem sua missão de espalhar segurança, democracia, liberdade e livre mercado internacionalmente; mas como a nação mais militarizada do mundo poderia garantir a segurança se parte dela a declaração de guerra?

Das mais diversas civilizações que foram construídas ao longo da história da humanidade, umas mais bem estruturadas outras menos, são duas as grandes civilizações que dominam o debate no mundo de hoje: a civilização ocidental e a civilização oriental. O diverso é algo que compõe a condição humana e está intrinsecamente ligado à ideia de humanidade, que só existe e só é possível na diversidade. O problema central da diversidade gira em torno da forma pelo qual lidamos com ela, ou seja, com o diferente, com o outro.

René Guenon (1964), afirma que se pode perfeitamente falar de uma mentalidade oriental, mas não se pode falar de uma civilização oriental como se fala de uma ocidental já que há várias civilizações orientais nitidamente distintas. Contudo, mesmo tão diversa, ainda continua sendo alvo de persistentes estereótipos reducionistas muitas vezes sustentados por países do Ocidente, visando afirmar a identidade ocidental a partir de proposital distanciamento/oposição em relação ao oriental.

Houve vários enfrentamentos entre Oriente-Occidente desde os romanos. O Occidente em sua expansão imperialista fez guerras de ampla aceitação internacional e encontrou justificativas banais para intervenções, e juntamente a esse processo ambicioso fez e vem fazendo leituras do oriente a ponto de inspirarem Edward Said em 1997 a criar uma categoria para esta classe de acadêmicos: os Orientalistas. O tema do Orientalismo vem trazendo à público a preocupação com a intolerância do Occidente em relação ao Oriente em termos culturais ao causar uma deformação na e identidade do outro.

O 11 de setembro de 2001 foi um dia que ficou marcado na história da humanidade, pois no meio de inúmeras repercussões, é quando nota-se o fortalecimento do Orientalismo após os atentados terroristas. A partir do posicionamento do presidente George W. Bush há o decreto da nova política de prevenção dos Estados Unidos, a chamada Guerra ao Terror.

Comparar sua posição no meio, ter pensamentos etnocêntricos, é algo natural na vida em sociedade, contudo, não se pode deixar de lado o fato da nação com maior poderio militar (*Hard Power*) e de grande poder de convencimento (*Soft Power*) se utilizar de um trágico

evento, como o 11 de setembro para retomar o imperialismo no mundo. Os Estados Unidos continuam sua proposta expansionista e um *Rogue State*, ou um Estado que age fora da lei, para sustentar as suas atuações em âmbito internacional.

O trabalho busca aclarar a posição dos EUA como orientalistas, diante das consequências da deformação na representação do outro em generalizações equivocadas, e para isso, no primeiro capítulo buscou-se identificar brevemente o surgimento das civilizações orientais e ocidentais, destacando a influência da colonização britânica e francesa para a construção do orientalismo em questão. Posteriormente, no segundo capítulo, foi-se necessário analisar a Teoria Realista das Relações Internacionais ao discutir como a política externa norte-americana pós 11/09 retoma premissas desta corrente para justificar a nova ação internacional. Além de destacar a importância do Construtivismo na percepção das identidades e o poder da fala, sendo os discursos e narrativas fundamentais para o entendimento de como as relações entre atores e o meio se conformam no cenário político internacional. Por fim, o terceiro capítulo expõe empiricamente o discurso utilizado por Bush para justificar invasões e representar os países árabes no mundo.

Assim, será baseado pelo método qualitativo de pesquisa, os dados serão coletados por meio de pesquisas bibliográficas, a partir da seleção de elementos conectados ao tema, expondo assim críticas, análises e questionamentos. Dessa forma, se dará de forma explicativa, pois objetivo é apresentar elementos para uma reflexão a respeito dos árabes no contexto das guerras e conflitos que foram gerados a partir do 11/09. Ademais foi utilizada a ferramenta IRAMUTEQ a qual gerou estatísticas descritivas, também visando esclarecer a origem dos estereótipos e reforçar a necessidade do conhecimento do outro para que o diálogo e a coexistência estejam no centro do debate.

O 11/09 foi considerado o marco para a retomada do debate acerca do Orientalismo no século XXI, mas para isso, foram retomadas as práticas orientalistas no século XIX em virtude do imperialismo e colonialismo por parte da Inglaterra e França. Principalmente, na percepção da transferência de dominação do outro no pós-guerra da Europa para os EUA.

O acontecimento nos mostra como é importante perceber que existe um mundo segmentado, construído por nós mesmo, e como essa divisão têm provocado desentendimentos, e até medo pelo simples fato de não conseguir aceitar que em um mundo heterogêneo de culturas é impossível homologar as suas ações. As visões antagônicas são geradas naturalmente na construção social, e propositalmente amplificadas, logo, os dilemas culturais, na verdade, estão revestidos de tipos de interesses como: geopolíticos, econômicos, estratégicos, de segurança, entre outros. Na finalidade de convencer os países e a própria

população a se alinharem a Guerra ao Terror, Bush e a mídia se utilizam de elementos culturais na própria construção de 'ser americano' como o ideal para vencer a luta contra o terrorismo.

1. O ORIENTALISMO

O termo *Orientalismo* divulgado por Edward Said ficou mundialmente conhecido como a interpretação do Ocidente¹ (baseado na experiência ocidental europeia) sobre o Oriente (propriamente do mundo islâmico), ou seja, a criação da identidade oriental na visão ocidental. Orientalismo, como o próprio Said confirma (2007, p. 13) “é um conceito ligado à dinâmica tumultuosa da história contemporânea”. Assim, enfatiza que: “nem o termo “Oriente” nem o conceito de “Ocidente”, tem estabilidade ontológica; ambos são construídos de esforço humano, parte afirmação, parte identificação do Outro.”

Seria uma definição polissêmica utilizada tanto para definir os estudos orientais como para designar a representação, imitação ou mistificação, segundo uma visão eurocêntrica, de determinados aspectos das culturas orientais, por parte de escritores e artistas ocidentais, que acabaram por convertê-los em estereótipos. Said demonstra que o Oriente reúne povos tão distintos que não faz sentido usar o Oriente como uma unidade de análise ou denominador comum.

No discurso ocidental como todo bom estereótipo, todos os personagens locais seriam sem identidade própria, homogêneos, sem individualidade. O Oriente era praticamente uma invenção europeia e fora desde a antiguidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias, (SAID, 2007, p.27).

Quem estuda, pesquisa, escreve, ensina sobre Oriente é um ‘Orientalista’, pois sua interpretação é designada ‘orientalismo’. Em uma definição mais geral, Said (2007) define Orientalismo como um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre Oriente e Ocidente. O mundo, então, se dividiria entre “nós”, ocidentais e os “outros” (árabes e islãs).

O Orientalismo vem expondo a intolerância por parte do Ocidente em relação ao Oriente em termos culturais e geopolíticos causando uma clara deformação proposital na identidade do “outro”. É um estudo ainda muito atual que tem se revitalizado de acordo com os eventos históricos da humanidade e suas interpretações sobre eles.

Não podemos deixar de lado, contudo, as críticas ao orientalismo como a do indiano Aijaz Ahmad (2002), nas suas bases de pesquisas e metodologia. Por outro lado, diferentes

¹Visando diferenciar os termos relativos à geografia e outros de cunho sociopolíticos, sempre que “oriente” e “ocidente” vier no primeiro sentido a grafia terá “o” minúsculo, e para o segundo, “O” maiúsculo.

pensadores traçam paralelos à sua teoria, mas de forma invertida, como é o caso de “Occidentalismo: o Ocidente aos olhos de seus inimigos”, de I. Burma e A. Margalit (2006).

A representação da imagem do oriental é constantemente alimentada através dos meios de comunicação, literalmente criando uma identidade utópica e generalizada de várias culturas que na verdade são bem distintas. Como o próprio Said (2007) afirma, a enorme expansão do papel político e econômico da América no Oriente Próximo (o Oriente Médio) exige com urgência nossa compreensão desse Oriente.

Qual seria então, a interpretação do Oriental na contemporaneidade globalizada? Seria ela moldada por algum ator específico? Qual seriam as consequências da segmentação entre esses “dois mundos”? Qual a importância do terrorismo do 11 de setembro para o Orientalismo? Essas são as indagações que esse trabalho pretende analisar.

O IMPÉRIO ROMANO E A DIVISÃO OCIDENTE-ORIENTE

Oriente e Ocidente são divisões criadas durante a crise do Império Romano, no ano de 286, pelo imperador Diocleciano, para evitar os constantes conflitos na região, reorganizando a estrutura de poder. O império fora dividido em duas partes: o Oriente sob seu comando e o Ocidente, confiado a Maximiano. Até o final do século IV, o Império Romano permaneceu unificado até que em 395, o imperador Teodósio dividiu o Império Romano em duas partes: Império Romano do Ocidente, com capital em Milão, e o Império Romano do Oriente com capital em Constantinopla, que se transformou em Império Bizantino.

Contudo, a Civilização Ocidental ou simplesmente Ocidente, teve seu conceito estruturado na Europa, ainda durante a existência da civilização greco-romana. O mundo ocidental, como é conhecido na contemporaneidade, é constituído basicamente por Estados com ligações com a cultura europeia, através do processo de colonização que sofreram pelos países que formam este continente, conseqüentemente a cultura ocidental está presente em todas as Nações que adquiriram influências dessa colonização, primordialmente: as nações da União Europeia, da América do Norte e Latina, da África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

Apesar da complexidade da cultura ocidental, podemos assimilar cinco eventos que explicariam os valores e instituições basilares que constituem o homem ocidental, nos quais: 1) a invenção grega da cidade, da liberdade sob a lei, da ciência e da escola; 2) a invenção romana do direito, da propriedade privada, da noção de *pessoa* e do humanismo; 3) a revolução ética e escatológica da Bíblia, inerente à cultura judaico-cristã; 4) as mudanças da

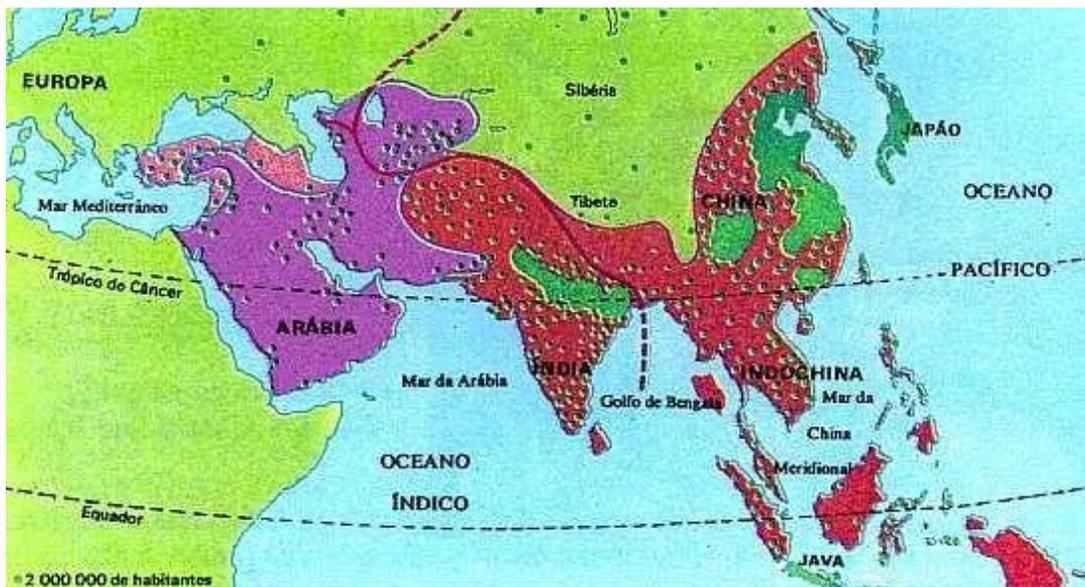
igreja e da sociedade cristã com a *Revolução Papal* dos séculos XI e XII (a qual usou a razão para inscrever a ética e a escatologia bíblicas na história, realizando a fusão entre Atenas, Roma e Jerusalém); 5) promoção da democracia liberal, a partir das revoluções burguesas, as quais acabam sendo um marco para o início da modernidade (NEMO, 2004).

Mário B. Sproviero (1998, p.3), define etimologicamente Oriente e Ocidente:

A palavra oriente vem do latim *oriens*, ‘o sol nascente’, de *orior*, *orire* surgir, tornar-se visível’, palavra da qual nos vem também ‘origem’. A palavra ocidente nos vem do latim *occidens*, ‘o sol poente’, de *occ-cidere*, de *op*, ‘embaixo etc’, *ecadere*, ‘cair’. Seríamos induzidos a seguinte analogia: da mesma maneira que o sol nasce no Oriente e morre no Ocidente, assim também a cultura nasce no Oriente e morre no Ocidente.

Sproviero (1998) adverte para três grandes sistemas culturais (figura 1) que foram denominados por sua relação de proximidade com a Europa de: Próximo-Oriente (cultura árabe), Oriente-Médio (cultura hindu), Extremo-Oriente (cultura chinesa), e que constituem o que hoje se denomina especificamente de Oriente. As civilizações Orientais viriam surgir dos sumérios, persas, chineses, árabes, indianos, malaios, japoneses entre outros povos.

Figura 1: Os três orientes



Fonte: Mário B. Sproviero <<http://www.hottopos.com/mirand4/orientee.htm>> Acesso em: 06 de nov de

2017.

Contudo, a representação da imagem do Oriental no universo Ocidental moderno foi primeiramente moldada pela França e Grã-Bretanha do século XIX, e mais recentemente podemos perceber como os Estados Unidos emergiram enquanto força criadora de novos Orientalismos, ou representações do Oriente, tendo na criação do Estado de Israel um dos principais elementos constitutivos dessa nova imagem.

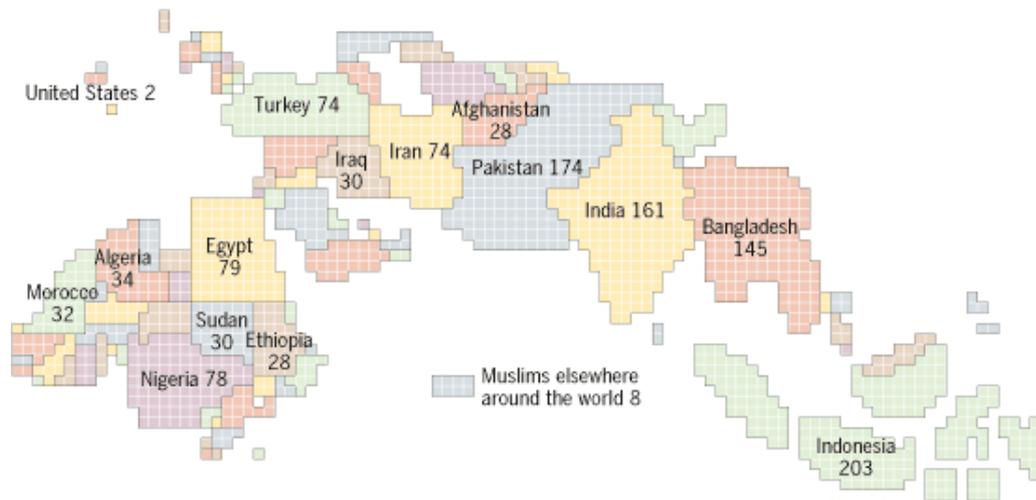
COLONIALISMO E ORIENTALISMO- FRANÇA E INGLATERRA

O Colonialismo pode ser definido como “a conquista e o controle da terra e bens de outras pessoas” (LOOMBA, 2005, p.2). Mas, o conceito não pode ser resumido apenas à expansão da Europa na Ásia, África e América, como aponta a autora, é algo recorrente e generalizado na história da humanidade.

Nesse contexto, boa parte da região foi dominada pelos turco-otomanos do século XVI até o fim da Primeira Grande Guerra (1914-1918), assim, quando o Império Turco-otomano foi derrotado, o oriente ficou a cargo das potências europeias (França e Inglaterra). A partir desse momento, inicia-se uma nova forma de colonialismo, agora sustentados pela França e Inglaterra.

Dessa forma, o termo “Oriente Médio”, no século XIX, foi tomado pelos britânicos para se referir a uma região que ficava entre o Mar Mediterrâneo e as fronteiras da Índia, então colônia inglesa. A região hoje conta com, aproximadamente, 270 milhões de pessoas, que professam as três grandes religiões monoteístas além de outras crenças. São falados pelo menos seis idiomas, além de diversos dialetos, dentre as mais diferentes etnias. Por falta de esforço em conhecer o oriental, o Ocidente tende a usar o termo árabe e muçulmano como sinônimo, embora em muitos casos, uma pessoa árabe possa ser também muçulmana. A figura 2 mostra um mapa "ponderado" do mundo com o tamanho relativo de cada país com base em sua população muçulmana. Os números são arredondados para o milhão mais próximo.

Figura 2: Distribuição da População Muçulmana



Fonte: Pewforum <<http://www.pewforum.org/2009/10/07/mapping-the-global-muslim-population/>> acesso em 06 de nov de 2017.

Inicialmente, eram considerados árabes apenas aqueles habitantes da península da Arábia. Hoje, são enquadrados nesse termo todos aqueles povos que, ao serem dominados pela expansão árabe, adotaram a língua e a cultura desse povo originário da península. Com relação ao termo muçulmano, ele é utilizado para aqueles povos que adotaram a religião islâmica. Existem povos, que são considerados árabes, falam o idioma árabe, mas professam outras religiões, incluindo o cristianismo.

Na sua geografia, a região do Oriente Médio (observar figura 3) seria definida como: Formado por quinze países e uma Autoridade Nacional Palestina, sendo eles: Turquia, Síria, Líbano, Israel, Palestina (Autoridade nacional e Território Ocupado), Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Bahrain, Catar, Kuwait, Iraque e Irã (ZAHREDDINE, LASMAR e TEIXEIRA, 2011, p. 32).

Segundo Edward W. Said (2007), o Oriente não seria apenas uma segmentação do espaço geográfico humano, mas uma geografia imaginativa, construída/representada pelo Ocidente, mas precisamente por franceses, ingleses e estadunidenses. Sendo caracterizado por uma visão que representa o oriental como sendo o exótico, o inferior, o misterioso, o outro que precisa ser dominado. O Oriente iria além da concepção geográfica por ser uma invenção ocidental, uma marca que define as populações a leste da Europa.

Figura 3: Mapa do Oriente Médio

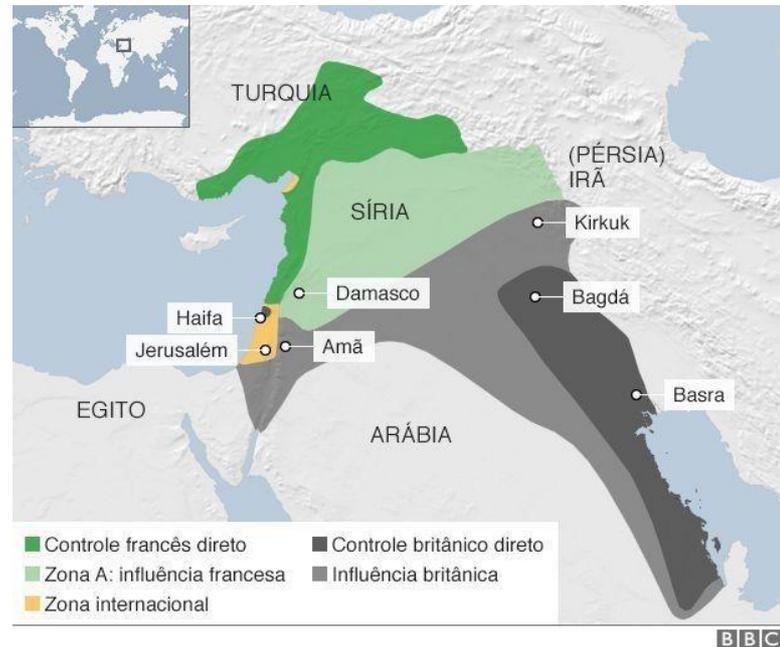


Fonte: <http://www.ethernyt.com.br/galeria-de-fotos/cenarios-livro-3/mapa-orientes-medio-2/>

Com a desintegração do Império Turco-Otomano, Reino Unido e França assinaram secretamente, em 1916, o acordo *Sykes-Picot*² (Figura 4), que previa a divisão da região em suas esferas de influência. A criação de fronteiras internacionais em linhas retas em territórios povoados por comunidades unidas há séculos não levaram em consideração a história e tradições locais, provocando conflitos que perduram até os dias atuais.

²O acordo de Sykes-Picot foi um plano orquestrado entre os representantes Mark Sykes (Inglaterra) e Georges Picot (França) em 1916, que tinha como objetivo a divisão do Oriente Médio e criação de zonas de influência para exploração dos recursos presentes. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>. Acesso em 04 nov. 2017.

Figura 4: acordo de Sykes-Picot



Fonte: BBC (2016). Adaptado pela autora.

O sentimento pan-arábico ou de uma unidade da cultura árabe, que a princípio (final do XIX e início do XX) se voltava contra a dominação turca, passou a atacar o imperialismo europeu que dominou a região. No entanto, colonizadores franceses e britânicos venderam com sucesso seu apoio à campanha da luta árabe pela independência dos opressores otomanos, ao mesmo tempo em que engajavam os seus próprios mecanismos de dominação e exploração da área.

Na visão de Zahreddine e Teixeira (2014, p.76) no fim da Primeira Guerra Mundial, a posição das potências foi no mínimo contraditória, “pois ao mesmo tempo em que o Reino Unido prometia um ar Nacional para os judeus, também sinalizava com a criação de um Estado Árabe forte.”

Certamente, Martins (2013) resume que todos os países que passaram pelo processo de descolonização não perderam o vínculo com os colonizadores mantendo a ideia do Imperialismo e Orientalismo fortalecidos na contemporaneidade.

As notícias mais frequentes sobre esta região na atualidade envolvem os conflitos que ocorrem por lá. Este perfil belicoso tem sido motivado justamente pelas divisões territoriais impostas pelos hegemônicos à região, assim como efeito posterior dos grandes conflitos mundiais, em especial Segunda Guerra e a Guerra Fria.

De acordo com Zahreddine e Teixeira (2015, p. 75),

Ao se iniciar qualquer empreitada em direção à definição do que vêm a ser o Oriente Médio, desde sua constituição geográfica até suas características históricas e étnico-religiosas, é importante ressaltar que as visões acerca dessa parte do mundo são diversas frente à multiplicidade de autores que tentam avaliar, cada um à sua maneira, os principais aspectos geohistóricos que caracterizam essa região do mundo.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema de controle imposto por franceses e britânicos tornou-se insustentável. Ambas as potências acabam optando pela independência total dos territórios administrados. O fato de esta região ser um importante centro petrolífero e com ausência de um país que tivesse condições de liderança na região do Oriente Médio, chamou a atenção das duas principais forças mundiais da época: os Estados Unidos e a União Soviética. Dessa forma, podemos analisar que continuaram sendo foco de imposições, na relação de colonizadores e colonizados, dominadores e dominados, apenas mudando os seus controladores.

Com o fim da Segunda Guerra também foi criada uma nova regionalização do mundo. A Guerra Fria foi um regime que vigorou a partir da oposição do bloco capitalista, representado pelos EUA, e o bloco socialista, liderado pela antiga União Soviética. O leste então era definido como socialista e o Oeste capitalista. Ao longo do século XX, as formas de classificar os grupos de países mudaram rapidamente em função dos eventos políticos e econômicos ocorridos, como guerras, alianças militares e o próprio fenômeno do imperialismo.

No pós-Guerra Fria, novamente surge uma nova regionalização na representação do mundo, esta seria os países do norte como os ricos e os do sul, os pobres. Contudo, em razão das grandes diferenças culturais encontradas no mundo, a partir do século XX, tornou-se cada vez mais utilizada a regionalização mundial que utiliza como critério a grande diversidade cultural dos povos e suas civilizações.

Assim, Samuel Huntington (1997) expõe para o mundo a teoria do “choque de civilizações”, a qual as identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria. Para Huntington, no mundo pós bipolaridade da Guerra Fria, as civilizações Ocidental e Islâmica, seriam as únicas com intenções de expansão e pretensões universalistas e por isso encontrariam-se constantemente em confrontos e disputas culturais, políticas e ideológicas. A expressão choque de civilizações foi usada pela primeira vez por Bernard Lewis³ (1990).

³ A expressão foi usada pela primeira vez por Bernard Lewis num artigo do exemplar de setembro de 1990 de *The Atlantic Monthly*, chamado "*The Roots of Muslim Rage*" (do inglês, "As Raízes da Ira Muçulmana").

Huntington (1997, p. 197) define: “A Europa termina onde o Cristianismo ocidental termina e começam o Islamismo e a Ortodoxia.” É basilar analisar esse fenômeno geopolítico com o final da Guerra Fria e a nova hegemonia mundial. Nas palavras do autor:

No mundo pós-guerra Fria, os Estados cada vez mais defendem os seus interesses por termos civilizacionais. Eles cooperam e se aliam com Estados que têm culturas semelhantes ou em comum e entram em conflito com maior frequência com países de culturas diferentes (HUNTINGTON, 2010, p.43).

ESTADOS UNIDOS COMO CRIADOR DE NOVOS ORIENTALISMOS

Superada a Guerra-Fria, podemos dizer que vivemos em uma Nova Ordem Mundial em que os Estados Unidos tomaram o palco central da França e Grã-Bretanha na política mundial como hegemônico, e o oriental passa novamente a ser caricaturado, moldado por uma potência. A nova ordem mundial foi estabelecida com base na dominação mundial incontestável dos EUA (FERREIRA, 2013).

Chomsky (2004a, p. 16) adverte para o reconhecimento dos Estados Unidos como potência já em 1941, antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial:

Estudos realizados já em 1941 concluíam que o objetivo fundamental de longo prazo era que os Estados Unidos se transformassem na potência inquestionável do pós-guerra e agissem de forma tal que limitassem a soberania de qualquer Estado que pudesse interferir na política de adquirir supremacia militar e econômica [...].

A América sempre se apresentou disposta a estudar o Oriente, assim como fizeram as potências europeias, já que era de lá que vinham as principais forças a serem combatidas pelo Ocidente: o Comunismo e o Islã. No entanto, o esforço de conhecer esse outro lado do mundo foi superficial, e meramente fruto de conhecimentos estratégicos econômicos e de segurança. (SAID, 2007). A interpretação do Oriental que tivemos até hoje se mostrou amplamente nociva. Criou desinteresse em conhecê-lo mais profundamente, por estar associado ao medo do diferente e a desconfiança em relação aos dominados, cujas sociedades eram tidas como incultas, irracionais e perigosas. Já seria hora do Ocidente tentar entender esse “outro mundo” para evitar conflitos futuros, não apenas por interesses econômicos ou por medo do outro.

Na visão de Samuel Huntington (1997, p. 228.) “as explicações para os conflitos presenciados no mundo atual não são essencialmente ideológicas ou econômicas, mas sim de origem e de ordem cultural”. De fato a falta de empatia com outras culturas gerou um distanciamento, e vários conflitos entre as civilizações ao longo da história, contudo não exclusivamente.

Segundo Said (2007, p.15), existiria uma profunda diferença entre compreender a outra cultura por razões de coexistência e alargamento de horizontes, e por outro lado também, existiria o desejo de tomar conhecimento por razões de controle e dominação externa.

O conhecimento do Islã, e da cultura árabe, é carente nos meios escolares e acadêmicos e o pequeno esforço de aprofundar essa parte na formação dos estudantes diz respeito tanto por parte de alunos como de professores. Vemos aí a forte presença de um etnocentrismo, que para o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss seria a recusa em “admitir o próprio fato da diversidade cultural”. Lévi-Strauss utiliza a experiência da antropologia para elaborar uma crítica generalizada do imperialismo da história no pensamento ocidental (STRAUSS, 1962 p. 286). Dessa forma, privilegiar um referencial de um único tipo de cultura e educação cria o conceito de “cultura hegemônica” em oposição às “culturas subalternas”.

O século XIX, mais precisamente de 1875 a 1914, também conhecido como o século do Imperialismo ou “A Era dos Impérios” (HOBSBAWM, 1987) nos mostrou como era e ainda é comum ver potências tentando mudar o mapa do Oriente Médio como se as civilizações antigas pudessem ser apagadas da história e imporem seu estilo de vida. Assim, na época, o imperialismo nos países de Terceiro Mundo, foi defendido por orientalistas por razões ideológicas de necessidade de dominar o outro, controle de segurança, e ampliação de recursos escassos. Discurso que surpreendentemente foi retomado e moldado e que ainda tem grande aceitação.

O Ocidente sempre criou uma série de expectativas sobre as atitudes dos orientais, e hoje vemos sua enorme influência em diversos países muçulmanos, na sua arquitetura, línguas, festivais, comidas, economia, como prova de satisfação dessas expectativas; no entanto, é importante lembrar que quando esses orientais tentam trilhar o próprio caminho ou exercer a cultura local, não é surpresa que um orientalista diga que isso prova o seu caráter incorrigível, alegando assim, que não merece confiança, sendo a saída mais fácil odiá-lo, nomeá-lo estranho e até terrorista. De acordo com Edward Said (2007, p. 409), “há bons árabes (aqueles que obedecem) e maus árabes (os que não obedecem e são, portanto, terroristas)”.

A 'barbárie natural do árabe' continua sendo utilizada para justificar grandes atrocidades. Podemos perceber que as recentes invasões do Iraque (2003) e Afeganistão (2001) foram justificadas, de certa maneira, por orientalismo e imperialismo. O imperialismo parecia ter sido deixado de lado no passado, precisamente no século XIX; mas a política de expansão, domínio territorial, cultural e econômico dos americanos sobre outros ainda faz

parte de sua política externa, aliado a orientalismos, ou seja, visões ocidentais estereotipadas sobre o oriente que influem muitas vezes as tomadas de decisões.

Sabemos, contudo que não existe civilização que seja superior a outras, mesmo que algumas tentem por meio de *Soft Power* ou mesmo invasões pelo uso da força *Hard Power*, como no caso dos EUA. Como demonstra Guénon (1983, p. 53):

Não existe uma civilização de seja superior à outra sob todos os aspectos porque é impossível ao homem exercer suas atividades de modo igual e ao mesmo tempo em todas as direções – e também porque há desenvolvimentos que se apresentam como verdadeiramente incompatíveis (GUÉNON, 1983).

O *Soft Power*, assim, passou a ser uma grande ferramenta dos norte-americanos de imporem seus interesses que se traduz em exercer poder pelo convencimento e não pela via tradicional da força. Esse mecanismo pode ser explicado por Chomsky (2014)

Os EUA, conscientes de seu "soft power" (o poder "suave", exercido por expressões artísticas como a música, o cinema e outras influências culturais), realiza grandes campanhas de "diplomacia pública" (também conhecida como propaganda) para criar uma imagem favorável, que às vezes é acompanhada de políticas válidas e bem-vindas.

De acordo com Chomsky (2014), parte do sistema de doutrina nos Estados Unidos envolve a suposição de que todos nós somos uma família feliz, sem divisões de classe, e todo mundo está trabalhando junto em harmonia. Seria o exemplo a ser seguido, mas esqueceram os norte-americanos, da incapacidade de num mundo heterogêneo de culturas a impossibilidade de homologar e controlar as ações de todos.

René Guénon (1983), também aponta que se pode falar de uma mentalidade oriental, mas não se pode falar de uma civilização oriental já que há várias civilizações orientais nitidamente distintas. Podemos concluir então, vitória dos ocidentais na tarefa de unificar sua cultura entre ocidentais, o que não ocorreu tão facilmente com os orientais. Da mesma forma que Said (2007) demonstra os erros cometidos em tentar unificar povos de origens tão distintas em um único estereótipo:

Os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente”, ou “Islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros, não podem continuar tendo a força que têm e devem ser combatidos (SAID, 2007, p.25).

Como Said (2007) demonstra, gostaríamos de poder afirmar que esse modo vago e às vezes confuso de interpretar árabes e islãs pelos Estados Unidos e Europa mudaram, mas

infelizmente não foi isso que ocorreu. Ele aponta que o Ocidente julga que o Oriente é incapaz de interpretar a si mesmo e que apenas os Orientalistas – “especialistas” em Oriente Médio – podem compreender e interpretar o Oriente. De outra forma, o Oriente seria negligenciado e menciona uma frase de Marx que resume a ideia: “Eles não podem representar a si mesmos; devem ser representados” (SAID, 2007, p. 391). Assim, os Estados Unidos assumiram o papel de representá-los pelo mundo no século XXI, e fazem isso declarando a Guerra ao Terror.

Esse trabalho então busca analisar como o Ocidente, representado pelos Estados Unidos na Nova Ordem Mundial, vêm divulgando a identidade oriental e como essa interpretação têm consequências nocivas à segurança internacional, ao relacionar as causas de novos terrorismos e guerras que surgem no século XX e XXI.

Para Spivak (2010, p. 20), “a produção intelectual ocidental é de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente.” De acordo com Spivak (2010), a tática de neutralização do “outro”, seja ele subalterno ou colonizado consiste em invisibilizá-lo, expropriando-o de qualquer possibilidade de representação, ou seja, silenciando-o.

Não se pode deixar de investigar as Teorias Evolucionistas e suas correntes antropológicas que marcaram o século XIX, em afirmações de autores⁴ como Henry Morgan (1877), Edward Burnett Tylor (1871) e James George Frazer (1922). Eles sustentavam a visão de uma linearidade da cultura humana, que de forma gradativa, iria evoluindo. De fato, chega a ser uma hierarquia cultural, que de acordo com os autores, não existiam “culturas”, mas sim “a cultura”, uma única, que iria evoluindo no decorrer do tempo. Finalmente, classificam a sociedade em três estágios fundamentais evolucionistas: Selvageria, Barbárie e Civilização. O último estágio, ‘Civilização’ seria o referente às sociedades ocidentais, notadamente Europa e Estados Unidos, (CASTRO, 2005).

Em oposição à teoria evolucionista, Frazer Boas⁵ (1896) mostra as limitações do método comparativo, usado por Morgan, Taylor e Frazer, afirmando que cada grupo cultural possui uma história própria e única, por isso seria mais importante esclarecer os processos que ocorrem “diante de nossos olhos”, ou seja, “um método que estudasse as mudanças em uma

⁴ O livro *Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer*, organizado pelo antropólogo Celso Castro, traz um panorama do pensamento evolucionista da antropologia de fins do século XIX e início do XX. Castro apresenta uma sucinta biografia de cada um dos três principais expoentes dessa corrente, Lewis Henry Morgan (1818-1881), Edward B. Tylor (1832-1917) e James Frazer (1854-1941).

⁵ Publica o clássico “As Limitações do Método Comparativo em Antropologia Social” em 1896.

única sociedade/cultura do que propor grandes leis de desenvolvimento da civilização” (REIS, 2004, p. 2).

Em 1999, o analista político Samuel P. Huntington (1997, apud CHOMSKY, 2013) advertiu que, para a maior parte do mundo, os EUA estavam se tornando um *rogue state* e eram vistos como “a grande ameaça externa às suas sociedades”. Surge então, aceitação silenciosa da doutrina de que os EUA têm todo o direito de agir como tal:

O poder hegemônico oferece a oportunidade de se tornar um *rogue state*, um Estado fora da lei, desafiando livremente as leis e normas internacionais, enquanto enfrenta uma resistência cada vez maior no exterior e contribui para seu próprio declínio através de ações autodestrutivas (CHOMSKY, 2013)

Se nas palavras de Tuan (1980, p. 35, apud SILVA, 2013, p. 58), o etnocentrismo é um traço humano comum, qual seria a justificativa de centrarmos a reflexão no Islã? Afinal, os árabes e muçulmanos também produzem estereótipos acerca dos ocidentais. Entretanto, o fato dos Estados Unidos em nome de todo o Ocidente manterem a sua missão universalista de espalhar os valores de democracia, individualismo, direitos humanos, mercados livres, etc, a todo custo sendo o maior poderio militar do mundo⁶, não poderia ser deixado de lado. Não obstante, os norte-americanos vem expandindo os gastos militares como pode ser visualizado na tabela 1.

Recentemente, acontecimentos como o ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, a Guerra do Golfo e invasões no Iraque fizeram questionamentos sobre “o mundo desconhecido”. Essa atrocidade fez surgir uma grande variedade de publicações sobre o chamado “eixo do mal” (Oriente Médio e o Islã) aparecendo nas livrarias, revistas, nos jornais impressos e nos demais meios de comunicação tentando explicar o que viria a ser terrorismo aliado com a interpretação dos muçulmanos e seu “estranho mundo”.

⁶O Global Firepower Index ([GFP](http://www.globalfirepower.com)) é uma pesquisa anual que avalia as forças armadas de 160 países e produz um ranking para elencar quais delas são as mais poderosas do mundo. Disponível em: <<http://www.globalfirepower.com>> Acesso em: 28 agosto. 2017.

Tabela 1: Gastos Militares dos EUA entre 2001 e 2009

Gastos Militares do EUA									
Em moeda local (milhões de USD)									
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Valor	312,743	356,72	415,223	464,676	503,353	527,66	556,961	616,073	661,049
Constante (2008)									
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Valor	380,271	426,982	485,975	529,673	554,93	563,549	578,34	616,073	663,255
% do PIB									
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Valor	3.1	3.4	3.8	4	4	3.9	4	4.3	

Fonte: SIPRI <https://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database%3E> acesso em 06 de nov de 2017

A lógica de Huntington não explica a guerra internacional contra o terrorismo iniciada como resposta aos ataques de 11 de setembro. Pela teoria do choque de civilizações, o Ocidente marcharia unido contra o Islã fundamentalista. Mas, após os atentados ao World Trade Center, a solidariedade europeia aos EUA já era bem menor, “na medida em que as imagens das torres gêmeas desabando foram se apagando da memória coletiva”. Começa a se falar “muito menos dos EUA como vítimas e muito mais como agressores – em especial sobre George W. Bush”(REUTERS, 2002 *apud* SANDANO, 2006).

O terrorismo no World Trade Center gerou um ódio por parte do Ocidente, e o oriental na visão norte-americana continua a ser interpretado e divulgado como o malvado ou o inimigo. Contudo, é importante destacar que esse estereótipo é reforçado através de novas mídias que não eram acessíveis no século passado como: rádio, televisão, filmes, desenhos animados, documentários, e posteriormente a internet, que em um mundo globalizado e difundido pelas massas, torna a visão pejorativa não só no Ocidente, mas também no Oriente.

O problema está em como essas culturas são colocadas em um olhar internacional, uma vez que estamos sujeitos ao alcance das visões e conseqüentemente limitações que a mídia impõe. No caso dos árabes, na maioria das vezes, entram nas manchetes dos jornais televisivos ou impressos, quando as notícias são tragédias e violência, e sabemos que eles não

se resumem a isso e que não podemos generalizar, mas uma vez que só o lado negativo se expõe, é ele que é predominantemente lembrado.

As pessoas não têm como controlar como a informação sobre terras longínquas chegam até elas, por isso, a mídia deve ser sempre contestada, renovada por diferentes fontes e não apenas por uma visão predominante, vulgo ocidental. O ‘universalismo europeu’ (cultura ocidental originalmente europeia) continuou então, a ser sustentado pelos estudiosos do oriente, e segundo SAID (2007, p. 275) “o Orientalismo tem sido uma espécie de consenso: certas coisas, certos tipos de afirmação, certos tipos de obra parecem corretos ao orientalista.” Em síntese, a tentativa de explicação do Oriente, que Edward Said (2007) chamou de “Orientalismo”, deve ser atualizada para as gerações de consumo e virtual de informações em que vivemos.

A globalização que surge como a mundialização do sistema capitalista, implantada pelo Ocidente objetivava unir o mundo, em uma padronização de culturas, medidas econômicas e políticas; mas, ao contrário do que se esperava, também trouxe consigo a segregação. Quanto mais o encontro entre as tradições e a diversidade acontece, mais ocorrem discriminações e xenofobia. Quanto maior o acesso à tecnologia e à informação em larga escala, maior a alienação e a aculturação (SMAILI, 2015). De acordo com Buzan (2002), mesmo antes do 11 de setembro a ansiedade por conta de uma guerra cibernética e pela vulnerabilidade das redes de tecnologia de informação, das quais as atividades civis e militares dependem cada vez mais, já estava se tornando notória.

Civilizações orientais caricaturadas por hegemônicos devem ser estudadas, compreendidas, ainda mais pela instabilidade política e econômico-social gerada pelas sucessivas intervenções estrangeiras na região ao longo da história que na maioria das vezes são de cunho militar e acabam levando a terrorismos como resposta.

Huntington (1997, p. 227) explica o “universalismo ocidental” quando demonstra que algumas relações entre civilizações têm maior tendência para entrarem em conflito que outras. Em um olhar macro sobre as civilizações a divisão predominante seria entre “o Ocidente e o resto”, pois o Ocidente teria sido a única dentre as civilizações existentes que exerceu impacto grande, por vezes devastador, sobre as demais civilizações. “O que é universalismo para o Ocidente é imperialismo pra o resto” (HUNTINGTON, 1997, p.228).

Viveríamos então, num mundo de choque entre civilizações como argumentou Samuel Huntington? (1997), em que uma parte objetiva eliminar a outra pela incapacidade de reconhecerem o respeito a culturas opostas? Segundo Said (2007, p. 13), seria um “choque sem fim, implacável, irremediável.” Interpretando a visão de ambos os autores, nota-se que

haveria um choque entre civilizações, diante da percepção de inúmeras civilizações que não se reconhecem, ou se respeitam, ou nem mesmo se conhecem; vários choques diários, ao se deparar com o diferente. Contudo, não podemos reduzir a apenas um choque (ocidente-oriental) em uma lógica reducionista, como diria um orientalista, já que o próprio oriente surge a partir de diferentes culturas. E vemos como vários países ocidentais passam a reprovar a atuação dos Estados Unidos na guerra preventiva, não sendo uma união inteiramente ocidental versus a oriental.

Jackie Assayag (2007) também discute o choque de civilizações opostas:

What now prevails is a sombre vision of globalization, that of a fight to the death between two worlds, extending over all continents, between the “Empire of the Good”, incarnated by America, and the “Empire of Evil”, incarnated by Islamic terrorism” (ASSAYAG, 2007, p. 253)⁷

Na verdade, o choque entre civilizações poderia ser traduzido pela ação dos Estados Unidos e as divergências com todas as civilizações que não se encaixam como ocidentais.

Consequentemente, não seria o choque exposto por Huntington (1997) já que os demais países ocidentais não veem aprovando as práticas violentas de segurança impostas pelos EUA. Para Chomsky (2002), os ataques em Nova Iorque não foram algo incomum e existem muitos outros crimes terroristas com efeitos mais duradouros e mais extremos. Finalmente, afirma que o 11 de setembro foi um evento histórico, pois ocorreu uma mudança: era o território nacional norte-americano que estava sob ataque do inimigo e não o contrário. A luta era sempre em outro lugar, com outros massacres. E até o momento em 2001, a última vez que o solo nacional norte-americano esteve sob ameaça tal qual, foi quando os britânicos incendiaram Washington em 1814.

De acordo com Chomsky (2002),

(...) O Congo não atacou a Bélgica, a Índia não atacou a Inglaterra, a Argélia não atacou a França. Isso foi uniforme. Houve, por certo, algumas pequenas exceções, mas de escala diminuta, quase invisíveis diante das dimensões do que a Europa e os Estados Unidos fizeram com o resto do mundo. Esta foi a primeira mudança: pela primeira vez, as armas foram apontadas na outra direção.(CHOMSKY N., 2002, p.10).

Um olhar crítico sobre o evento não seria sem haver consideração pelas vítimas da atrocidade, ou horror, e repúdio diante do que aconteceu. Mas, é importante tentar

⁷Tradução própria: “O que agora prevalece é a sombra visão da globalização, a de uma luta contra a morte entre dois mundos, que se estende por todos os continentes, entre o “Império do Bem”, encarnado pela América e o “Império do Mal”, encarnado pelo terrorismo islâmico”.

compreender suas causas (sem necessariamente concordar) e ainda as consequências para as partes envolvidas, que querendo ou não influenciam todas as partes do mundo.

Os Estados Unidos hoje têm superioridade militar, econômica, e tecnológica e assim detêm poder como superpotência. “Através do FMI e de outras instituições econômicas internacionais, o Ocidente promove seus interesses econômicos e impõe a outras nações as políticas econômicas que ele considera apropriada” (HUNTINGTON, 1997, p. 228).

Não podemos deixar de lado, contudo, o fato de Estados Unidos sempre está em busca de aliados, ainda mais estratégicos, como no próprio oriente, a Arábia Saudita, e o Estado de Israel, por exemplo.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 além de terem sido um marco para a história contemporânea, e questionarem o espaço do Oriente Médio para a ordem mundial, geraram mudanças significativas na configuração de poder da região. Trouxe a discussão para o cenário internacional, na necessidade de olharmos com mais atenção os fenômenos que envolvem os povos que compõem essa região. Segundo Zahreddine e Teixeira (2014, p. 72), “Os impactos das sanções da Al Qaeda naquele fatídico dia foram sentidos em toda a sociedade internacional, mas seus desdobramentos mais profundos se deram no epicentro da crise, isto é, no Oriente Médio”.

2. AS TEORIAS CONSTRUTIVISTAS E REALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo pretende primeiramente tomar o Realismo das Relações Internacionais para explicar como o discurso, conseqüentemente, política externa do governo de George W. Bush se assemelha aos pressupostos da corrente, principalmente o que diz respeito à “razão de estado”, em que o governante usa da força estatal e dos demais meios que fossem necessários para a manutenção do poder, lançar a chamada Guerra ao Terror e representar a visão do oriente para o mundo.

Em seguida, buscou-se a análise do Construtivismo das Relações Internacionais, na importância do entendimento da construção identidades, e do discurso como uma representação social.

Por fim, conclui-se que mesmo que as teorias das relações internacionais sejam complementares e algumas vezes opostas, não há a necessidade de se criar uma nova teoria que explique a posição dos EUA na Nova Ordem Mundial e a guerra preventiva, mas retomar as teorias clássicas que assemelham e algumas vezes justificam a sua nova política externa.

TEORIA REALISTA E TERRORISMO

A perspectiva da teoria Realista das Relações Internacionais tem como pressuposto básico a centralidade do Estado como ator unitário e racional, circundado por uma estrutura de permanente conflito e um sistema anárquico. Para os adeptos desse modelo analítico, a ausência de uma força supranacional, capaz de conter os agentes individuais origina o que nomeiam de anarquia internacional.

O terrorismo, em especial, a destruição do World Trade Center em setembro de 2001 seria uma prova dos realistas de anarquia internacional. Os EUA tentam assumir a postura de mediador, salvador dos países ocidentais já que haveria uma lacuna de representatividade (uso do monopólio legítimo do uso da força⁸) a qual limita a possibilidade de que esses agentes ocidentais obtenham a assistência de um terceiro para dirimirem seus litígios. Os neo-realistas tendem a focalizar nos Estados Unidos como alvo principal e o grande responsável pela nova onda de terrorismo internacional.

⁸A expressão monopólio da violência ou monopólio da força refere-se à definição de Estado exposta por Max Weber em *A política como vocação*. Assim, uma única entidade, que é o Estado, pode exercer a autoridade, com o uso da violência, sobre determinado território.

Os Estados Unidos representados pelo governo de George W. Bush (2001-2009) diante dos atentados do 11 de setembro de 2001, passam a adotar uma política externa de defesa contra o terrorismo baseadas nos princípios do realismo de razão de Estado. Ao lançar a Guerra ao Terror como política externa, também tentam moldar as ações dos países ocidentais a se alinharem aos seus ideais, ressignificando o oriental no século XXI.

O governo de Bush adota posturas unilaterais e modificam o paradigma de multilateralidade observada na gestão de Bill Clinton (TEODÓSIO, 2010). O 11 de setembro pode ser interpretado como uma consequência da unipolaridade (frustração na periferia no que diz respeito ao poder, presença e influência dos Estados Unidos, e a falta de um elemento de equilíbrio entre os dois). Essa visão permite o aumento da legitimidade das ações para suprimir o terrorismo (Buzan, 2002, p. 246).

Segundo Teodósio (2010, p.160), os Estados Unidos tomam a ideia clássica do realismo de razão de Estado, criando justificativas externas e internas, para as campanhas no Afeganistão e Iraque, gerando a noção de que os países que suportem, de alguma forma, ações terroristas, devem ser reprimidos.

A doutrina de Bush demonstra a visão realista das Relações Internacionais quando propõe que o Estado tenha o direito de quebra das normas internacionais estabelecidas, para assegurar a sua segurança e territorialidade. Em virtude das “razões do Estado” o governo de Bush deixa de lado os direitos humanos e expande o seu sistema de segurança no mundo, espionando os quatro cantos sem limites e declarando guerra ao chamado ‘eixo do mal’. Podem também enfatizar o fortalecimento do Estado e da política territorial na forma de fronteiras reforçadas e medidas de segurança, e uma ampliação no direito do Estado de vigiar e investigar todo tipo de atividade (BUZAN, 2002, p. 247).

Se, em um passado recente, a preocupação era com Estados radicais, agora ela é transferida para as organizações terroristas transnacionais. Segundo Bernussi (2017, p. 14), é possível observar a instrumentalização do terrorismo, apropriado pelo próprio Estado e pelos interesses das elites como propaganda para demonizar seus inimigos e tirar a atenção do próprio uso que o Estado faz da violência. Dessa forma, assim como a Guerra Fria ou a Guerra às Drogas, a Guerra ao Terror é um conflito metafórico (MEAD, 2006).

Em crítica ao Realismo, Buzan (2002, p. 255) demonstra que as respostas ao 11 de setembro poderiam muito bem favorecer a um solidarismo, engrossando a rede de normas, regras e instituições compartilhada pelos Estados; no entanto, isso na verdade fortaleceu os esforços do ocidente, encabeçado pelos EUA contra os orientais. Ainda complementa:

Na medida em que o substrato mental do “choque de civilizações” prevalecer nos Estados Unidos, a posição do pensamento realista em RI neste país será fortalecida, e uma política de segurança com base na primazia militar e na capacidade de agir sozinho será impulsionada (BUZAN, 2002, p. 248).

Bernussi (apud. 2017 p.13) conclui que é possível afirmar que os fenômenos da violência política foram transformados em terrorismo por um processo discursivo, como Ole Weaver (1995) teoriza no chamado “processo de securitização” sendo transformação de uma questão social em uma questão de segurança.

Na visão de Bernussi (2017, p. 13) até meados dos anos 1970, crimes como sequestros, de aviões ou de pessoas, bombardeios e reféns eram tratados como questões criminais nacionais e rotineiras, e não como terrorismo. “E aqueles que cometiam esses crimes eram considerados bandidos, rebeldes, guerrilheiros, insurgentes, revolucionários, mas não terroristas” (BERNUSSI, 2017, *apud* STAMPNITZKY, 2013).

O terrorismo pode ser estudado com abordagens e metodologias distintas. Não há consenso sobre a sua definição. Ademais, nem todos os atos terroristas têm caráter religioso, existem grupos que são eminentemente políticos. Todorov (2008), afirma que os terroristas da maioria dos movimentos muçulmanos, não têm a religião como principal motivo de seus ataques: os palestinos lutam contra israelenses, não para provar que seu Deus é mais poderoso, mas, sim, pela questão do Estado; compartilham a simpatia pela miséria da população; a luta contra a corrupção e o luxo das elites; o ódio pelos Estados Unidos; os protestos contra seus governos etc. A religião como único motivo do terrorismo é a menor parcela da determinação terrorista (TODOROV, 2008, p. 109).

Rapoport (2004) estuda o fenômeno utilizando o conceito de ondas, isto é, contextos da História que são caracterizados por ações terroristas. A primeira onda para Rapoport (2004) começou no Império Russo, a partir de 1880, quando os anarquistas colocaram em prática a estratégia de assassinar políticos e militares ligados ao regime czarista. O objetivo era destruir a velha Rússia em suas bases. A segunda onda teve início após a Primeira Guerra Mundial, com a luta anticolonial na Ásia e na África, o nacionalismo e a luta pela descolonização, com ações de guerrilha contra os exércitos regulares das potências coloniais e os seus representantes. A terceira onda ocorreu entre os anos 1960 e 1980, época das ações terroristas de organizações como a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), as Brigadas Vermelhas, ETA (Pátria Basca e Liberdade). Por fim, na interpretação de Rapoport (2001, p.64) somos contemporâneos da quarta onda terrorista: a Al Qaeda, desde o 11 de Setembro de 2001 até 2014, passou a ser a organização terrorista mais emblemática.

Para Wellausen (2002, p. 83), na nova ordem mundial, o terrorismo enquanto ação pontual é o contraponto ao poder dominante, como presença ameaçadora e difusa, agindo pela surpresa, disseminando medo e destruição por onde passa. Como Wellausen (2002) expõe, o terrorismo não visa o extermínio, ou seja, a violência em massa, abrangendo quantitativamente o maior número de indivíduos, mas pretende exercer uma violência qualitativa. O êxito do ato terrorista, enquanto violência qualitativa reside nas estratégias da ação pontual: o “atentado” concentra-se num ponto limitado no tempo e no espaço, apanhando de surpresa a multidão anônima e passante, e que pode ser praticado pelos indivíduos dessa mesma população (DADOUN, 1993).

Minorias esmagadas e massacradas pelas potências acabaram encontrando um meio de irromper no seio da sociedade e se fazerem ouvir com a emergência de novas estratégias expressivas de velhas relações de poder, através de terrorismos. Segundo Wellausen (2002, p. 104) o terrorismo é fruto de novas relações de poder no mundo atual, do confronto entre poderes dominantes (imperiais) contra dominados.

O terrorismo no mundo globalizado do século XXI pode ser analisado pela visão de WELLAUSEN (2002):

Ao lado do processo de quebra de barreiras no mundo, desenvolve-se o fenômeno da fragmentação, em que tensões e conflitos entre setores sociais dominantes e setores subalternos realimentaram as mais diversas manifestações de intolerância e opressão (WELLAUSEN 2002, p. 86).

Os atentados de 11 de setembro à maior potência mundial marcam um novo episódio nas relações de forças entre os de “cima”- os americanos- e os de “baixo” – terroristas árabes- como diria Wellausen. Para a autora, depois da Guerra Fria, a União Soviética deixou de existir como inimigo dos Estados Unidos, que precisaram fabricar um novo para continuar o jogo maniqueísta e, assim, justificar o terror de Estado desenvolvido pelas políticas administrativas e financeiras americanas. Também critica a posição norte-americana como uma justificativa para os ataques ao país:

O terrorismo de todas as facções é o novo opositor dos Estados Unidos, à medida que a política americana ampliou seu domínio imperial, dizendo “não” às causas mundiais, na oposição às restrições ao uso de armas por civis e à venda de armamento; na rejeição ao acordo de Kyoto a respeito do aquecimento global (o acordo prejudicaria a economia americana); na retirada da delegação norte-americana da Conferência a respeito do Racismo (a reunião discriminaria Israel, seu aliado); no boicote à criação do Tribunal Penal Internacional (julgamento dos crimes de guerra e contra a humanidade); no projeto escudo espacial (Guerra das Estrelas).(WELLAUSEN, 2002, p. 107).

Buzan (2002, p. 233) já alertava que realistas e os neo-realistas, em particular, vêm focalizando na transformação da bipolaridade em unipolaridade e suas consequências para a política de poder mundial.

A teoria de RI é pluralista por natureza, ou seja, não implica teoria única dominante, mas várias perspectivas divergentes que subentendem tensões e debates entre elas. Dessa forma, para Buzan (2002), o 11 de setembro não teve grande mudança nos debates das teorias de Relações Internacionais. No entanto, podemos perceber como o evento gerou um efeito impactante na forma como as identidades ocidentais e orientais passaram a se relacionar com a nova política externa de George W. Bush.

Não sendo necessária a criação de novas teorias que viesse a debater com as teorias clássicas, conclui-se que “toda teoria tem algo de importante para nos mostrar a respeito do que devemos olhar e como devemos olhar” (BUZAN, 2002 p. 256). Da mesma forma, que para observar como houve uma ressignificação do Ocidente sobre o Oriente não devemos enfocar nas rivalidades entre posições teóricas concorrentes e suas críticas, mas pôr atenção em como sintetizá-las e validá-las na interpretação das identidades no mundo globalizado expostos por terrorismos e suas consequências.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONSTRUTIVISMO

As Teorias das Relações Internacionais criaram diversas análises dos atores e a sua conexão com estrutura do sistema internacional, a partir de eventos históricos que marcaram a humanidade. Como exemplo, temos o período da descolonização (que deu origem aos estudos de desenvolvimento), a Segunda Guerra Mundial (que estabeleceu o Realismo como ortodoxia), também o fim da Guerra Fria (que diminuiu a prioridade da segurança militar, estimulou o Construtivismo e deu origem à prioridade da compreensão histórica e das questões de identidade), além da crise do petróleo dos anos 70 (que estimulou o ressurgimento da economia política internacional).

Assim, o 11 de setembro de 2001 não teria tanto poder em mudar o curso dos debates das teorias, mas ainda é um marco para o reconhecimento das identidades orientais e ocidentais na história. Causou uma mudança de perspectiva e imposição de novas de políticas internas pelos Estados Unidos, desviando a atenção para o plano de segurança internacional estimulando o contraterrorismo, na chamada Guerra ao Terror.

Para Buzan (2002, p. 254) os construtivistas não têm um quadro geral do mundo para ser desafiado ou reforçado pelo 11 de setembro. Sua força está na sua habilidade para entender os discursos que escoram tanto o terrorismo organizado como as respostas a ele, às implicações de ambos para o funcionamento e a estrutura da sociedade internacional.

O Construtivismo trouxe às Relações Internacionais conceitos importantes da Teoria Social. Houve uma ausência de qualquer menção ao Construtivismo em artigos e contribuições influentes do final da década de 1980. A sua presença imponente e indiscutível emerge no final da década de 1990.

No entanto, em meados da década de 1990, nenhuma revisão da bibliografia minimamente aceitável na área de Relações Internacionais, e nenhum curso — de graduação ou pós-graduação — sobre teoria das relações internacionais enquadrado nos padrões mínimos de qualidade podia se permitir deixar de fora o construtivismo. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005 p. 164).

O Construtivismo emerge no campo das Relações Internacionais em 1989, por meio da publicação do livro de Nicholas Onuf intitulado *World of Our Making — Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, assim como no artigo publicado em 1992 por Alexander Wendt “Anarchy Is What States Make Of It”. A premissa básica do Construtivismo pode ser resumida por Nogueira e Messari (2005, p. 162) “vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas”.

Diante das divergências que as teorias das Relações Internacionais podem apresentar a segunda premissa básica comum a todos os construtivistas seria a negação de qualquer antecedência ontológica aos agentes e à estrutura:

No debate agentes- estrutura, os construtivistas negam simultaneamente que os agentes precedam a estrutura e a moldam para servir seus interesses e suas preferências, e que a estrutura tenha a capacidade de constranger e limitar as opções e, portanto, as ações dos agentes. Para eles, agentes e estrutura são co-constitutivos uns dos outros, e nenhum precede o outro nem no tempo, nem na capacidade de influenciar o outro. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 166).

A terceira premissa comum a todos os construtivistas refere-se à relação entre materialismo e idealismo. De acordo com Nogueira e Messari (2005, p. 167), significa dizer que os construtivistas não ignoram que exista “um mundo lá fora”, mas consideram que ele só faz sentido a partir do momento que nos referimos a ele, e mediante os meios que usamos para nos referirmos a ele.

Assim, na visão construtivista, a anarquia internacional é socialmente construída. Isso

significa que natureza da anarquia não é predeterminada, mas o sistema internacional pode variar entre o conflito e a cooperação.

Na visão dos construtivistas, as normas informam o discurso, e o discurso não é apenas um instrumento para a ação política, mas sim a própria ação política (Nogueira e Messari, 2005, p. 169). De acordo com Kratochwil normas não são apenas instrumentos de organização e restrição, normas justificam, legitimam e tornam certos atos possíveis.

Para Onuf, a sociedade da qual fazem parte os Estados é mais corretamente descrita como uma sociedade heterônoma que uma sociedade anárquica. (*apud*, NOGUEIRA e MESSARI, p. 172). Por outro lado, Guzzini (2013, p. 386) observa :

Particularmente relevante para as Relações Internacionais foi a súbita auto percepção da sociedade internacional (europeia) de que ela é apenas um tipo particular de sociedade, a despeito de sua expansão global durante o século XIX. Ela não poderia mais pressupor ou impor suas regras como sendo universalmente compartilhadas

Identidade, memória e cultura, são conceitos que estão vinculados ao espírito de viver em sociedade. O homem só se sente humano ao se distinguir do outro, ou seja, saber que não é outra coisa. No mundo pós-moderno, os cidadãos de todos os países continuam a comparar a sua posição na sociedade em termos regionais, étnicos, linguísticos, religiosos, econômicos, sociais e políticos. Em suma, comparar é ser humano.

É nesse meio de comparações diárias e de constante auto-afirmação que surge o que conhecemos hoje como Ocidente como uma contraposição do Oriente; e a partir dessa dualidade, nos encaixamos. Ninguém pode ser excluído da humanidade que criamos, estamos implícitos no mundo que produzimos.

O mundo contemporâneo, por ser muito complexo, exige que cada um de nós pertença a muitos grupos ao mesmo tempo, mas ao tratar de ser oriental ou ocidental fomos implicados a escolher em qual lado nos identificamos mais. Modificamos, assim, nosso comportamento cultural, dependendo da situação na qual nos encontramos; por isso um homem que nasce no oriente não necessariamente vai seguir os preceitos esperados de um oriental, este pode migrar para qualquer país do Ocidente e se familiarizar com essa cultura, por exemplo. O que o define não é a sua origem, mas as escolhas que faz ao longo da vida.

A proposta do Construtivismo é desenvolver uma síntese da epistemologia positivista, segundo a qual a realidade social existe e pode ser estudada, com a epistemologia pós-positivista, que afirma que essa realidade não é objetiva, nem subjetiva, mas intersubjetiva, ou

seja, foi construída e reconstruída, formada e transformada, através das ações e interações dos agentes (BATTISTELLA, 2014, p. 271).

No mundo globalizado tudo ganha novas “caras”, inclusive as interpretações que temos uns dos outros, com isso nossa rede de relações sociais sofrem profundas transformações, novos contornos, novas características, novas definições. Tentar entender a forma como o Ocidente divulga a imagem do oriental no mundo não é concordar, nem mesmo perdoar, mas extremamente necessário para compreender a causa dos inúmeros ataques terroristas e guerras que foram gerados pela falta de empatia entre “dois mundos”.

Apesar do acesso cada vez maior às tecnologias e à velocidade de informações presente no mundo contemporâneas as distorções são alimentadas e amplificadas por um distanciamento profundo do Ocidente sobre o Oriente, sobre seus povos e culturas. Como Said (2011, p. 297) afirma, “apesar de proliferarem centros de estudos islâmicos ou do Oriente Médio e Norte da África no Ocidente, não havia sequer um centro de estudos ocidentais no islã.”

É tempo de destruir esse muro divisório. As relações entre orientais e ocidentais sempre foram palco de discussões ao longo da história, no entanto, é basilar analisar esse fenômeno à luz do fenômeno da globalização, o qual trouxe novos atores no palco das Relações Internacionais, novas formas de exercer poder e novas formas de tratar o outro.

De acordo com Buzan, a perspectiva construtivista abandona as abordagens materialistas e, no lugar delas, focaliza a dinâmica das interações sociais (2002, p. 241). “a soberania não é uma condição essencial que existe ou não, mas sim um tipo de contrato social cujo significado está em contínua reavaliação e renegociação” (BUZAN, 2002, p.241).

O Construtivismo parte da hipótese de que os seres humanos são seres sociais, diferente das teorias abordadas anteriormente, que os considera racionais. Para Bernussi (2017 p. 12), na disciplina das relações internacionais, a teoria construtivista consiste em uma perspectiva sociológica da política mundial. Contudo, o estudo das identidades é tratado por apenas um grupo de construtivistas.

Segundo Castells (1999), as identidades se desenvolvem em contextos marcados por relações de poder, e vemos isso claramente na polaridade Ocidente-Oriente e seu histórico; mas, na visão de Castells, não existem movimentos sociais bons ou maus, progressistas ou retrógrados, seriam os reflexos do que somos e o que construirmos, não podendo mudar as identidades como foram implementadas por estar muito arraigadas, mas seria o nosso dever compreendê-las para que não haja más interpretações que podem levar a preconceitos e vários outros problemas.

Diante de todos os ataques que o Ocidente fez sobre o Oriente (dominação, imposição cultural, imperialismo, colonização), este último pôde ser sustentado ao longo da história pelo poder de identidade de sua população ao retomar as memórias de passado em comum, de ter desejos em viver em conjunto, e de perpetuar essa herança cultural. Partindo da caracterização do oriental como “outro”, os europeus, principalmente franceses e britânicos, forjaram o que é ser europeu, buscando diferenciar-se.

Se a polaridade política, em meados do século XX, definiu horizontalmente as relações de poder entre leste e oeste, como “direita” e “esquerda”, no final do século, particularmente nos anos 90, essa denominação tomou outra direção, verticalizando as relações de poder entre os de “cima” e os de “baixo”. (...) A busca pela identidade é a afirmação de um modo de ser, mobilizando relações e elementos culturais, formas de agir, sentir e pensar alheios, com os quais se busca afirmar ou imaginar a identidade individual ou coletiva. Aqueles que estão fechados dentro de um grupo, religião ou nação, tendem a imaginar que sua própria maneira de viver, de pensar, de ver o mundo, tem validade absoluta e imutável. (WELLAUSEN 2002, p. 87)

Assim, foi se criando a imagem do “eu” a partir da diferenciação com o outro, em um conjunto de estereótipos. Para o Ocidente existir, assim como o Oriente, teve que haver esse tipo de reconhecimento de opostos de forma mútua.

Na medida em que o estereótipo foi construído, foi-se necessário nomear o inimigo. Como questiona Pipes (2008) “Se você não puder dar um nome ao seu inimigo, como poderá derrotá-lo? Da mesma maneira que um médico precisa identificar uma doença antes de curar um paciente, um estrategista necessita identificar o inimigo antes de vencer uma guerra”⁹. No mesmo artigo, Pipes também demonstra que os observadores cada vez mais concluem que o terrorismo seria apenas uma tática, não um inimigo.

Após identificar o inimigo, ficariam muito claro os passos a serem seguidos de acordo com Pipes (2008) que poderiam se dividir em duas partes: derrotar o islamismo e ajudar os muçulmanos a desenvolverem uma forma alternativa do Islã. Não obstante teriam sido meios para superar fascismo e comunismo. A América, pela terceira vez, iria se defrontar com uma ideologia totalitária:

A Segunda Guerra Mundial, vencida com sangue, aço e bombas atômicas, oferece um modelo de vitória, a Guerra Fria, com sua contenção, complexidade e colapso quase que pacífico, oferece um outro totalmente diferente. Presumivelmente, a vitória contra o islamismo utilizará estes legados e os combinará em uma nova mistura de guerra convencional, contra-terrorismo, contrapropaganda, e muitas outras estratégias. (PIPES, 2008).

⁹ PIPES, Daniel. Disponível em <http://pt.danielpipes.org/5637/o-inimigo-tem-um-nome>. Acesso: 06 nov de 2017,

Entendido o conceito de identidade como reconhecimento de pessoas ou grupos sociais, pressupõe-se, mesmo que inconscientemente, a ideia de alteridade, pois, se há um “eu” e um “outro” existe a possibilidade de conflito, ou disputa de poder. De acordo com Bauman (2006), identificar-se com um grupo é diferenciar-se em relação a outros grupos. E os grupos, assim como as classificações na sociedade, mudam e se reafirmam de acordo com seus interesses.

A principal forma que os EUA tem feito a divulgação do orientalismo na guerra preventiva a seu favor têm sido a partir do maniqueísmo, na tentativa de alinhar os países do Ocidente. Aprendemos desde pequenos que devemos ser do bem e que o mal deve ser combatido, e que podemos escolher livremente um dos caminhos. O principal dilema nessa lógica maniqueísta é que vendo a vida unicamente sob o próprio ponto de vista específico, fica fácil reconhecer em si próprio como sendo do lado do bem, afinal possuímos todo o conhecimento necessário para nos justificarmos e entendermos nossos problemas, e ver os outros como sendo do mal, pois não conhecemos os elementos necessários para compreendê-los. Da mesma forma que os bárbaros antigos estavam para os romanos, estão errados os muçulmanos medievais para os cristãos da cruzada, e os terroristas da Al Qaeda pro Ocidente (VALÉRIO, 2017).

Como expõe Nogueira e Messari, (2005, p.162) vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas. As identidades orientais e ocidentais fazem parte de um mundo em permanente construção, construído pelo que os Construtivistas chamam de agentes.

Por fim, Nogueira e Messari (2005, p. 162) atentam para a necessidade de ter clareza em saber distinguir quem veio antes — os agentes ou a estrutura —, para depois saber quem influencia, constrange ou limita as opções e a evolução do outro. O mundo, contudo, não é predeterminado, mas sim construído à medida que os atores agem, ou seja, é uma construção social.

Enquanto para os realistas, o interesse nacional dos Estados é imposto pelas relações de poder, e para os liberais é resultado de preferências sociais, para os construtivistas são as ideias e crenças compartilhadas internacionalmente que constituem o interesse dos atores. Dessa forma, não é possível considerar que interesses e identidades estejam dados, que sejam categorias fixas e imutáveis, mas sim construídas através de interações sociais (Bernussi p. 12).

O Oriente passa a ser moldado pelos Estados Unidos, potência mundial pós-guerra fria, gerando consequências como falta de empatia, discursos de ódio, terrorismos, como o

11/09, invasão de territórios por retaliação. Como o capítulo demonstra, as identidades e agentes são moldados pela estrutura e vice-versa, e a forma que estes agentes se relacionam determinam a segurança do sistema internacional, tão buscada pelos realistas e suas nações. Então, a importância de uma análise sobre o ataque às torres gêmeas é mostrar como a nova política externa de Bush passa a gerar novas diretrizes para o oriente, enfatizando os opostos e as divisões já criadas ao longo da história no mundo em que construímos.

3. O 11 DE SETEMBRO E O DISCURSO DE GEORGE W. BUSH NA GUERRA AO TERROR

O objetivo do presente capítulo é a análise de discursos marcantes do presidente norte-americano George W. Bush, após o ataque do 11/09 em que expõe o novo tratamento ao oriente e a guerra ao terror. Dessa forma, para um conhecimento mais profundo e descritivo acerca dos discursos, foi utilizado o software IRAMUTEQ (*interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), o qual foi desenvolvido na França por Pierre Ratinaud em 2009, e começou a ser usado no Brasil em 2013.

Inicialmente, será caracterizado o terrorismo do 11/09 e suas repercussões no cenário internacional. Posteriormente, analisado partes relevantes dos discursos de Bush, direcionados à América e alertando ao mundo sobre a segurança internacional, e por fim, na última parte do capítulo serão expostos os resultados a partir da ferramenta IRAMUTEQ. As falas a serem usadas do presidente são: ‘Pronunciamento à Nação de 11 de setembro de 2001’, o Pronunciamento direcionado a Assembleia Geral das Nações Unidas em 11/10/2001 e o discurso de West Point de Junho de 2002, no qual Bush define as premissas da nova política externa e de segurança do seu país, a Doutrina Bush. Outros discursos do presidente, organizações internacionais e pessoas importantes também serão ressaltadas diante do contexto.

O pronunciamento à Nação foi o primeiro discurso sobre os atentados. A importância de retomar essa fala é a primeira definição dos terroristas como inimigos e a convocação de todos os cidadãos americanos a se unirem contra ele. Também foi selecionado o discurso na ONU, devido a relevância das decisões que são firmadas no centro deste organismo e tendo em vista os próprios problemas internos de representação e o consequente tratamento desigual de quais questões internacionais seriam emergenciais. Cada nação tem uma hierarquia de objetivos e necessidades e muitas criticam a estrutura de delegação do organismo.

Por fim, para compreender os princípios do que seria a Guerra ao Terror, num momento em que a política externa já estava mais estruturada, foi ressaltado o discurso do West Point. As medidas de contenção adotadas para o inimigo da Guerra Fria já não seriam aplicadas a esse novo contexto e é nesse discurso em que a doutrina é formulada.

O ATAQUE AS TORRES GÊMEAS NO 11 DE SETEMBRO DE 2001

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 estão entre os acontecimentos da história humana que mais gerou impacto internacionalmente. O catastrófico ataque terrorista envolveu a atuação de 19 homens, a partir do sequestros liderados pela rede islâmica Al-Qaeda de quatro aviões comerciais de grande porte, a serem conduzidos a quatro alvos específicos. Três desses aviões conseguiram completar o plano de ataque; o quarto, que seria lançado em algum ponto de Washington, possivelmente a Casa Branca, caiu em Shanksville, na Pensilvânia. O uso de aviões comerciais como objetos de ataque contra alvos civis, até então, era impensável.

Raymond Aron (2002), citado por RICUPERO (2003) disse tudo ao definir a Guerra Fria após o advento do equilíbrio do terror: “Paz impossível, guerra improvável ansiava para um novo conflito internacional, mas estimavam a recuperação da paz no sistema e a reconstrução dos países envolvidos. Mesmo assim, por que a paz seria impossível, segundo Aron? E Ricupero (2003) responde que a paz genuína e estável pressupõe a aceitação mútua da legitimidade, o reconhecimento de que o outro, o adversário, tem o mesmo direito de existir do que eu. Talvez, justamente essa falta de empatia, passou a justificar atrocidades como o terrorismo em questão, colocando em cheque a segurança internacional, de uma forma expressiva inimaginável, ao se tratar da potência hegemônica como alvo, vítima.

Era necessário um ator para liderar a guerra global contra o terrorismo, e os Estados Unidos diante do ocorrido assume esse papel, vendo oportunidade de justificar políticas que não seriam aceitas em outros contextos, como ressalta Ricupero (2003, p. 13), ex-ministro da Fazenda (governo Itamar Franco), e secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad):

A criação nos Estados Unidos de um poderoso Ministério de Segurança interior, a aprovação de leis cada vez mais restritivas da liberdade individual, o pouco caso, inclusive por parte dos tribunais, dos direitos humanos de cidadãos árabes suspeitos de ligação com o terrorismo, o silêncio acovardado da imprensa, a intimidação dos dissidentes, estão entre algumas das manifestações que põem em perigo a própria integridade das instituições democráticas.

O resultado inevitável da queda das grandes torres foi a militarização da política externa, e uma nova pauta, a retomada da segurança nas relações internacionais. Ricupero (2003, p. 14) também demonstra como a condolência e reação solidária dos primeiros dias

após os atentados, desaparecem e são substituídas por temor, rejeição, antagonismo posteriores.

Os Estados Unidos responderam aos ataques com o lançamento da Guerra ao Terror: o país invadiu o Afeganistão para derrubar o Taliban, que abrigou os terroristas da al-Qaeda. Na história do terrorismo moderno, nenhum atentado alcançou tamanha magnitude como o do grupo pan-islâmico Al Qaeda (A Base).

Criado no final dos anos 1980 por Osama Bin Laden (com o objetivo de reunir os árabes que haviam ajudado os afegãos a derrotar os soviéticos), a intenção do grupo era criar um califado pan-islâmico no mundo e expulsar os ocidentais dos países muçulmanos. Em fevereiro de 1998, o grupo lançou um decreto religioso (*fatwa*), segundo o qual os muçulmanos deviam matar norte-americanos e seus aliados (WELLAUSEN 2002, p. 95).

Estima-se que os três principais motivos para os ataques de 11 de setembro sejam: a presença americana na Arábia Saudita, o apoio a Israel por parte dos Estados Unidos e as sanções contra o Iraque. Em discursos prévios ao terrorismo em solo americano, Bin Laden disse que o profeta Maomé baniu a "presença permanente de infiéis na Arábia". Por mais de sete anos, os Estados Unidos têm vindo a ocupar as terras do Islã e os lugares mais santos, a Península Arábica, saqueando suas riquezas, mandando em seus governantes, humilhando seu povo, aterrorizando seus vizinhos, e transformando as bases da península em uma liderança para lutar com os povos muçulmanos vizinhos. (Al-Qaeda, no *fatwa* de 1998). John Mearsheimer e Stephen Walt, autores do livro *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*, também argumentam que o principal motivo dos ataques de 11 de setembro foi o apoio que os Estados Unidos deu à Israel.

Por outro lado, alguns teóricos como Silva (20013, p. 56) levantam hipóteses como a que a real causa partiu das ações norte americanas: “Ao demonizar e achincalhar o Afeganistão, a rede terrorista Al Qaeda e toda a sorte de manifestação tida por ele como extremista, Bush esquece que o terrorismo em Nova York é também explicado como um efeito colateral da prática imperialista norte-americana.”

O impacto do 11 de setembro se estende para além da geopolítica na sociedade e segurança, ela chegou a afetar a cultura em geral e o reconhecimento entre as identidades orientais e ocidentais. A indústria do rádio respondeu removendo certas músicas das listas de reprodução e os ataques foram posteriormente utilizados como *background* ou como elementos temáticos no cinema, televisão, música e literatura. Programas de televisão já em execução e programas desenvolvidos após os ataques têm refletido as preocupações culturais pós-11 de Setembro (QUAY, 2010).

A NOVA POLITICA EXTERNA DE BUSH EM 2001

O ataque às torres gêmeas no 11 de setembro chocou o mundo, e muito mais os Estados Unidos que sentiram sua grandiosidade abalada. É nesse momento que reage, transformando seu serviço de inteligência a fim de combater e destruir os inimigos do país. A Agência Central de Inteligência (CIA), órgão fundado em extrair segredos, aumentou seu papel no governo de George W. Bush com o objetivo de eliminar o terrorismo, gerando uma enorme lista de inimigos espalhados pelo mundo, se atendo a mecanismos ocultos de seu serviço de inteligência gerando a chamada Guerra Secreta.

A representação do terrorismo como principal ameaça aos Estados Unidos e, conseqüentemente, a toda a civilização ocidental está presente no discurso de Bush no salão oval no dia do ataque terrorista, em seu primeiro pronunciamento à nação após a tragédia:

Today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts. The victims were in airplanes, or in their offices; secretaries, businessmen and women, military and federal workers; moms and dads, friends and neighbours. Thousands of lives were suddenly ended by evil, despicable acts of terror (BUSH, 2001, p. 57).¹⁰

O discurso é utilizado como uma representação social, na qual o sujeito constrói a sua identidade e paralelamente atua na formação do mundo e das identidades de outros indivíduos. Assim, é possível perceber a importância da análise dos discursos relacionados à segurança internacional e as relações entre as identidades (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). A estrutura social define as condições de produção do discurso, sendo este a linguagem enquanto prática social determinada por estruturas sociais (as regras e conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais).

Sem dúvida, o 11 de setembro foi um acontecimento carregado de simbolismos o que deu margem para o fortalecimento do patriotismo e do preconceito por parte dos norte-americanos. Como demonstra Hoff (2017, p. 264) um aspecto importante a ser analisado foi a convergência entre a retórica do presidente e o apoio da audiência, tanto da população, como da mídia norte-americana. Bush se utilizou de um padrão retórico historicamente já bem sucedido no país, que seria a representação do “outro” como diretamente oposto aos ideais estadunidenses, facilitando sua descrição como ameaça, legitimando assim as suas ações no

¹⁰Tradução livre: “Hoje, os nossos concidadãos, o nosso modo de vida, a nossa própria liberdade se viram sob o ataque de uma série de atos terroristas deliberados e mortais. As vítimas estavam em aviões ou em seus trabalhos; secretários, empresários e mulheres, trabalhadores militares e federais; mães e pais, amigos e vizinhos. Milhares de vidas que subitamente terminaram por causa do mal, de atos desprezíveis de terror”.

Oriente Médio. Assim, os atentados foram utilizados para justificar uma série de intervenções militares, destacando-se as guerras no Afeganistão e Iraque, mas também serviram para fortalecer a campanha norte-americana contra o programa nuclear iraniano.

Em relação à invasão do Afeganistão e derrubada do regime talibã Bush discursa:

This military action is a part of a four campaign against terrorism, another front in a war that has already been joined through diplomacy, intelligence, the freezing of financial assets and the arrests of known terrorists by law enforcement agents in 38 countries [...] Today we focus on Afghanistan, but the battle is broader. Every nation has a choice to make. In this conflict, there is no neutral ground. If any government sponsors the outlaw and killers of innocents, they have become outlaws and murderers, themselves¹¹(BUSH, 2001, p. 76).

Mais do que punir os responsáveis pelos ataques, os Estados Unidos construíram o imaginário sobre o novo inimigo mundial e passaram a perseguir as organizações terroristas e aos Estados entendidos como apoiadores e financiadores do terrorismo, referidos por Bush como o Eixo do Mal¹² (HOFF, 2017 p. 259). E a união contra o eixo do mal era esperada, como ressalta Barbosa (2002):

Contrariamente a conflitos anteriores (Guerra do Golfo, por exemplo), em que os EUA buscaram legitimar sua ação intervencionista através de alianças estratégicas com outros países ou entidades multilaterais, o 11 de setembro, ataque direto à própria essência do “ser” americano, trouxe, na percepção de que constituía uma luta entre o bem e o mal, elementos que legitimavam uma reação imediata e unilateral. A rede de apoio e solidariedade que rapidamente se construiu em torno dos EUA não foi, nesse sentido, propriamente reivindicada por aquele país, mas sim esperada como fato natural (BARBOSA, 2002, p.77).

Na década de 70, a CIA não visava se envolver em conflitos externos, em vez de tentar derrubar diretamente regimes que vinham de frente com o seu sistema norte-americano, mudaram sua abordagem para a espionagem tradicional, ou seja, arrebataram segredos estratégicos para montar suas operações. Nesse meio as execuções seletivas praticadas pela agência ficaram, proibidas em 1976, a partir de uma reação à divulgação dos planos do serviço secreto para matar Fidel Castro e o presidente chileno Salvador Allende. No entanto,

¹¹Tradução livre: “Esta ação militar é apenas uma parte da nossa campanha contra o terrorismo, outra frente em uma guerra que une o meio da diplomacia, da inteligência, do congelamento de ativos financeiros e as detenções de terroristas conhecidos por agentes da lei em 38 países [...] hoje vamos nos concentrar no Afeganistão, mas a batalha é mais ampla. Cada nação tem uma escolha a fazer. Neste conflito, não há terreno neutro. Se qualquer governo patrocina esses bandidos e assassinos de inocentes, eles se tornaram bandidos e assassinos também”.

¹²George W. Bush passou a utilizar a expressão “Eixo do Mal” para se referir aos três países que representavam, segundo o então presidente norte-americano, uma grande ameaça ao mundo e à segurança dos EUA, sendo eles Irã, Iraque e Coreia do Norte. Bush acusava esses países de desenvolverem armas de destruição em massa e de patrocinar o terrorismo regional e global. Cuba, Líbia e Síria também foram incluídos nesse grupo.

Ronald Regan, assim como George W. Bush e Barack Obama ignoraram essa proibição de assassinatos, alegando que os grupos terroristas atacavam a América, e, portanto, persegui-los e eliminá-los era simplesmente um ato de autodefesa. Na prática, essa proibição foi revogada no pacote de leis aprovado após a queda das torres gêmeas no início da “Guerra ao Terror”.

Assim, uma das primeiras medidas do presidente George W. Bush após os ataques foi revogar leis criadas nos últimos 15 anos que impediam os agentes de contratar criminosos e matar líderes políticos. O governo Bush seguiu com mais uma série de modificações quando em 17 de dezembro de 2004, assinou a Lei de Reforma da Inteligência e Prevenção do Terrorismo, que reestruturou o serviço, abolindo várias posições oficiais d CIA.

A Lei de Vigilância e Inteligência Estrangeira (FISA), de 1978, foi reforçada pela Lei Patriota Americana de 2001, facilitando a barragem de terroristas antes que eles agissem. Assinado por Bush em 26 de Outubro de 2001, o Ato Patriota permitiu que as agências de inteligência interceptassem ligações telefônicas sem autorização judicial, caso houvesse uma causa provável de que alguém estivesse agindo como agente de um grupo terrorista estrangeiro, sem que também haja uma causa provável que ele tenha planejado ou cometido crimes, a vigilância seria permitida. O Congresso teria escrito a FISA para se opor à espionagem soviética, e não células do Hezbollah, mas têm se aplicado aos islãs desde então.

O Ato Patriótico prevê que qualquer cidadão americano ou estrangeiro poderá ser detido durante um período de sete dias, sem a apresentação de qualquer acusação formal contra ele, se existir “uma mínima suspeita” de sua vinculação terrorista; telefonemas e contas na internet, associadas a um presuntivo terrorista poderão ser interceptadas a critério da autoridade policial e sem necessitar de qualquer ordem judicial (MARTINS, 2001). Levantando os questionamentos de como a luta entre preservar direitos civis e as suas liberdades e a necessidade do Estado de criar e manter os serviços de inteligência e fornecer a segurança à pátria (BUZAN, 2002).

Em seu governo (2001-2008), Bush define que não existe distinção entre terroristas e aqueles que sabidamente suportam ou ajudam terroristas. Uma série de discursos formou a nova política, culminando na declaração do presidente em junho de 2002: “a nossa segurança requererá que todo americano resoluto e preocupado com o futuro esteja preparado para uma ação preventiva quando for necessário defender nossa liberdade e defender nossas vidas”. Nove meses depois, os "ataques preventivos" justificaram a invasão do Iraque antes dos iraquianos terem atacado os Estados Unidos, para a fúria de muitos.

Segundo Saint-Pierre (2015, p. 10) para uma potência acostumada a orientar a segurança global, resultou numa patética perda de prestígio:

O resultado desse ataque terrorista (o discurso presidencial de Bush) teve efeitos imediatos: Arafat, naquele momento líder da OLP, ofereceu sangue palestino para socorrer os feridos das torres e até Fidel Castro se dispôs a enviar uma brigada de médicos para auxiliar o resgate às vítimas. Nem Arafat nem Castro morriam de amor pelo Bush, mas sim de medo, ante o leque de possibilidades de ação de um fanático radical no comando do país mais poderoso do mundo. (Saint-Pierre 2015, p10).

A política externa neoconservadora republicana também prevê a busca incessante da construção e elaboração de coalizões e alianças com seus parceiros ocidentais estratégicos. Houve um aumento em gastos com segurança e forças armadas diante da necessidade de confrontar-se à ameaça, sendo os Estados Unidos o centralizador no combate aos párias e incivilizados, chamando os Estados que utilizam estas políticas de “Estados bandidos” e nesta classificação estariam a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque (VIGEVANI, 2001).

De um lado os americanos buscavam apoio, no outro definiam os inimigos, de uma forma bastante peculiar, como demonstra Waltz:

Quando o presidente Bush identificou [no início de 2002] os países que, segundo ele, constituíam um “eixo do mal” – ou seja, o Iraque, o Irão e a Coreia do Norte – e, em seguida, invadiu um deles – ou seja, o Iraque – isto foi certamente uma lição que o Irão e a Coreia do Norte aprenderam rapidamente. Isso quer dizer que, se um país quer dissuadir os Estados Unidos de um ataque, tem que se equipar com uma força nuclear. Creio que todos nós vimos isto demonstrado muito claramente.¹³

A Doutrina Bush é talvez o exemplo mais recente e impactante de como ações supostamente direcionadas para combater o terrorismo, podem na realidade, mascarar atitudes autoritárias e desumanas. O “novo estilo americano de guerra”, ou “Guerra ao Terror” passou a serem os termos que caracterizaram a agressiva política externa dos Estados Unidos que tinha como premissa a chamada guerra preventiva. E o grande dilema é saber que a nação mais poderosa do mundo pode resolver usar sua força bélica por meios ocultos e arbitrariamente. Não por acaso que Silva (2013, p. 60) afirma que o inflamado discurso de George W. Bush logo após os atentados terroristas de 11 de Setembro ajudaram-lhe a reverter um quadro negativo em que se encontrava sua popularidade.

O seguinte texto explica claramente o direito dos Estados Unidos de exercer o seu direito de autodefesa, sem abrir mão de sua a força militar:

The security environment confronting the United States today is radically different from what we have faced before. Yet the first duty of the United States Government remains what it always has been: to protect the American people and American interests. It is an enduring American principle that this duty obligates the

¹³ Waltz, Kenneth N. Theory talk – the physiocrat of international politic (2011, p. 2).

government to anticipate and counter threats, using all elements of national power, before the threats can do grave damage. The greater the threat, the greater is the risk of inaction – and the more compelling the case for taking anticipatory action to defend ourselves, even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy’s attack. There are few greater threats than a terrorist attack with WMD. To forest all or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary, act preemptively in exercising our inherent right of self-defense. The United States will not resort to force in all cases to preempt emerging threats. Our preference is that nonmilitary actions succeed. And no country should ever use preemption as a pretext for aggression. (National Security Strategy of the United States, 2002, p. 18).¹⁴

Nesse período, o Pentágono podia justificar o envio de tropas para qualquer país do mundo se conseguisse demonstrar que os Estados Unidos estavam em guerra dentro daquele país, ou que estariam em algum momento futuro. Nas palavras do presidente:

The search is under way for those who are behind these evil acts. I’ve directed the full resources of our intelligence and law enforcement communities to find those responsible and to bring them to justice. We will make no distinction between the terrorists who committed these acts and those who harbor them (BUSH, 2001, p.58)¹⁵.

Essas práticas eram pouco discutidas até o ataque às Torres Gêmeas, quando o Congresso deu ao presidente Bush carta branca para lançar uma guerra ao redor do mundo. Segundo a autorização para o uso de força militar (AUMF), os EUA não estavam em guerra contra um país em particular, mas em qualquer país em que a Al-Qaeda operasse. No vernáculo o contraterrorismo norte-americano era "localizar, lidar com e eliminar" os terroristas, no entanto, Rumsfeld, o Ex-Secretário de Defesa dos EUA, admitiu que tinham habilidades pra eliminar, porém não conseguiam localizar nem lidar com as coisas.

Os eventos que seguiram às guerras do Afeganistão e Iraque hoje já são bem compreendidos, mas paralelamente a esses recortes outra guerra pouco conhecida foi travada em reflexo dos ataques terroristas no 11 de setembro. A mudança definitiva nas estratégias de guerra dos EUA após setembro de 2001 ocorreu longe dos campos de batalha do Afeganistão

¹⁴Tradução livre: O ambiente de segurança que confronta os Estados Unidos hoje é radicalmente diferente do que enfrentamos antes. No entanto, o primeiro dever do governo dos Estados Unidos permanece o que sempre foi: proteger o povo americano e os interesses americanos. É um princípio americano duradouro que este dever obriga o governo a antecipar e combater ameaças, usando todos os elementos do poder nacional, antes que as ameaças possam causar danos graves. Quanto maior o atrevimento, mais importante ainda é uma ação - e mais convincente é o caso de tomar medidas antecipadas para se defender, mesmo que permaneça a incerteza quanto ao tempo e ao lugar do ataque do inimigo. Existem algumas ameaças maiores do que um ataque terrorista com Armas de destruição em massa. Para evitar todos os atos hostis por nossos adversários, os Estados Unidos, se necessário, agirão preventivamente no exercício do nosso direito inerente de legítima defesa. Os Estados Unidos não recorrerão à força em todos os casos para antecipar ameaças emergentes. Nossa preferência é que as ações não militares tenham sucesso. E nenhum país deve usar a preempção como pretexto para a agressão.

¹⁵Tradução Livre: “A busca está em andamento para encontrar aqueles que estão por trás desses atos malignos. Eu já dirigi todos os recursos das nossas comunidades de inteligência e da lei para encontrar os responsáveis e levá-los à justiça. Não faremos distinção entre os terroristas que cometeram esses atos e aqueles que os protegem”.

ou do Iraque, ao contrário do que se poderia pensar. Esta transformação deu-se por meio de operações, em lugares ocultos do planeta, aos quais os exércitos não chegam facilmente. A nova forma de intervenção militar mesclou as diferenças entre soldados e espões, alterando a ética e as práticas de guerra como o único caminho:

Yet the war on terror will not be won on the defensive. We must take the battle to the enemy, disrupt his plans, and confront the worst threats before they emerge. In the world we have entered, the only path to safety is the path of action. And this nation will act.¹⁶ (BUSH, 2002, p.128).

Segundo Mark Mazzeti (2016), a Agência Central de Inteligência (CIA) já não seria mais um serviço tradicional de espionagem dedicado a roubar segredos de governos estrangeiros, havia se convertido numa máquina de matar, uma organização obcecada por caçadas humanas. A nova missão felicitava quem extraísse informações detalhadas de suspeitos, não importando a forma como isso era feito. Assim, destruíram muitos inimigos, mas também geraram tantos outros, levando por vezes à instabilidade, mesmo quando seu objetivo primeiro é estabelecer a ordem e segurança.

Bush declarou que, na verdade, os ataques terroristas foram um ato de guerra e que o país a partir de então estariam em estado de guerra, mas que esta guerra não seria feita por meios convencionais porque o inimigo agia de forma furtiva e não atacava alvos militares e sim alvos civis, como evidenciados em seu discurso em 14 de setembro de 2001 na Catedral Nacional em Washington D.C.

Os Estados Unidos desta forma mostrava-se cada vez mais criterioso na escolha de seus amigos. Com o ataque as Torres Gêmeas passaram a exigir que o Paquistão escolhesse se iria se juntar ao vizinho Afeganistão, ou se aliaria completamente ao Ocidente na guerra contra o terrorismo. É nesse momento que a CIA se une ao Interserviços de Inteligência (ISI), exigindo toda a inteligência que dispunha da Al-Qaeda, condução de operações secretas no Paquistão, além de acesso irrestrito ao seu espaço aéreo, em troca, claro de recompensas materiais. Mas ao contrário do que previam os paquistaneses, a guerra não ia ser nem breve nem passageira, os americanos um dia iriam embora e eles iriam ter que conviver com os afegãos.

Esse sistema permitiu que o presidente americano possuísse do poder final em decidir quem vive ou morre em terras específicas em governos distantes. A agência oferecia o

¹⁶Tradução Livre: “No entanto, a guerra contra o terror não será vencida na defensiva. Devemos levar a batalha para o inimigo, perturbar os seus planos e confrontar as piores ameaças antes que elas surjam. No mundo em que entramos o único caminho para a segurança é o caminho da ação. E esta nação vai atuar”.

segredo, e o segredo sempre seduzira presidentes americanos (MAZZETTI, 2016). Os EUA assim lideram o Ocidente em emitir como se preparar na guerra contra o terror:

O trabalho a seguir é difícil. As escolhas que enfrentaremos são complexas. Devemos descobrir células terroristas em 60 ou mais países, usando todas as ferramentas de finanças, inteligência e aplicação da lei. Juntamente com nossos amigos e aliados, devemos opor-nos à proliferação e enfrentar os regimes que patrocinam o terror, como cada caso exige. Algumas nações precisam de treinamento militar para combater o terror e nós providenciaremos. Outras nações se opõem ao terror, mas toleram o ódio que leva ao terror - e isso deve mudar. Nós enviaremos diplomatas onde eles são necessários, e nós enviaremos você, nossos soldados, onde você é necessário (...) Não pode haver neutralidade entre justiça e crueldade, entre os inocentes e os culpados. Estamos em conflitos entre o bem e o mal, e a América chamará o mal pelo nome. Ao enfrentar o mal e os regimes sem lei, não criamos um problema, revelamos um problema. E nós lideraremos o mundo em oposição a ele. (BUSH, George W. 2002, p. 129)¹⁷

Tradicionalmente, as guerras se davam entre Estados; hoje, o que se observa são guerras entre Estados e forças transnacionais, ou seja, grupos terroristas, atores privados sob os quais não se aplicam regras e parâmetros tradicionais de negociação e legalidade. (PECEQUILO, 2005. p. 369). Para os Globalistas, o 11 de setembro poderia se transformar em um evento-ícone que simboliza a passagem de um sistema internacional westfaliano, dominado pela capacidade militar dos Estados, para uma estrutura pós-westfaliana, na qual o controle dos meios de força, juntamente com muitas outras capacidades, está em poder não só dos Estados, mas também de outros tipos de unidades, a maioria delas organizada não territorialmente (BUZAN, 2002).

Após diversas lutas na história, o governo de George W. Bush foi o marco para o novo estilo americano de guerra, a guerra contra o islã. Nos seus primeiros momentos, Bush não pôde efetivar sua política militar de maneira forte, pois não eram demonstrados os motivos para tal atuação, no entanto, os atentados de 11 de setembro de 2001 abriram espaço para a renovação do seu sistema de inteligência para irem em busca dos inimigos da América.

Mazzetti (2016) demonstra que esta nova abordagem à guerra, interpretada por Washington como uma forma mais limpa e cirúrgica de gerir os conflitos militares, implica um risco menor e custos inferiores aos da intervenção direta e aberta. Estas estratégias sombrias, contudo, também criaram novos inimigos, gerando ainda ressentimentos entre os aliados dos EUA, instabilidade crescente nos palcos internacionais e um novo tipo de armas que escapa às regras de responsabilização em tempos de guerra.

¹⁷Tradução livre. BUSH, George W (2002). West Point Commencement. In: Select Speechs of President George W. Bush: 2001-2008. White House, p.125-132. 2009.

Em relação às investidas no Afeganistão e Iraque, os elaboradores da política externa do governo Bush mudaram o foco da justificativa para o ataque e utilizaram a ideia de uma intervenção humanitária e de defesa da democracia (HOFFMAN, 2003). A saída para os EUA na justificativa de seus ataques contra o terrorismo era a prevenção, e atacar o inimigo por meio de forças ocultas fica muito mais fácil do que ter que dar qualquer tipo de satisfação.

Bush, no discurso West Point Commencement de 2009 diz: “Hoje, do Oriente Médio ao Sul da Ásia, estamos reunindo amplas coalizões internacionais para aumentar a pressão pela paz”. O problema é quando se observa o tipo de pressão utilizada para se chegar a essa ‘paz’. O que seria a paz para os norte-americanos quando eles invadem nações e infringem direitos humanitários e retaliam o terrorismo com destruições proporcionais?

O terrorismo ainda não foi totalmente eliminado, dessa forma a inteligência norte-americana segue reforçando a guerra ao terror iniciada na gestão Bush. O que mudou é que o sistema de vigilância para detectar possíveis ameaças à paz e à segurança internacionais dependem agora de novos atores do sistema internacional na cooperação de governos, das organizações regionais, das ONG's, das universidades e centros de pesquisa, e principalmente da tecnologia, que é o que separa do serviço de inteligência usado no passado, para que o sistema de vigilância seja efetivo na realidade em que vivemos.

Para tanto, nos Estados Unidos, o serviço militar se alinhou ao serviço de segurança fortalecendo sua base de segurança estatal, atuando de maneira preventiva e unilateral. Assim como o desconhecimento de qualquer limite para a ação hegemônica, o que se afirma através das concepções norte-americanas de liberdade e democracia e, por fim, a sua responsabilidade de difundir essas concepções para o mundo, propiciando mudanças de regime em governos de natureza diferentes, que sejam benéficas para si mesmas.

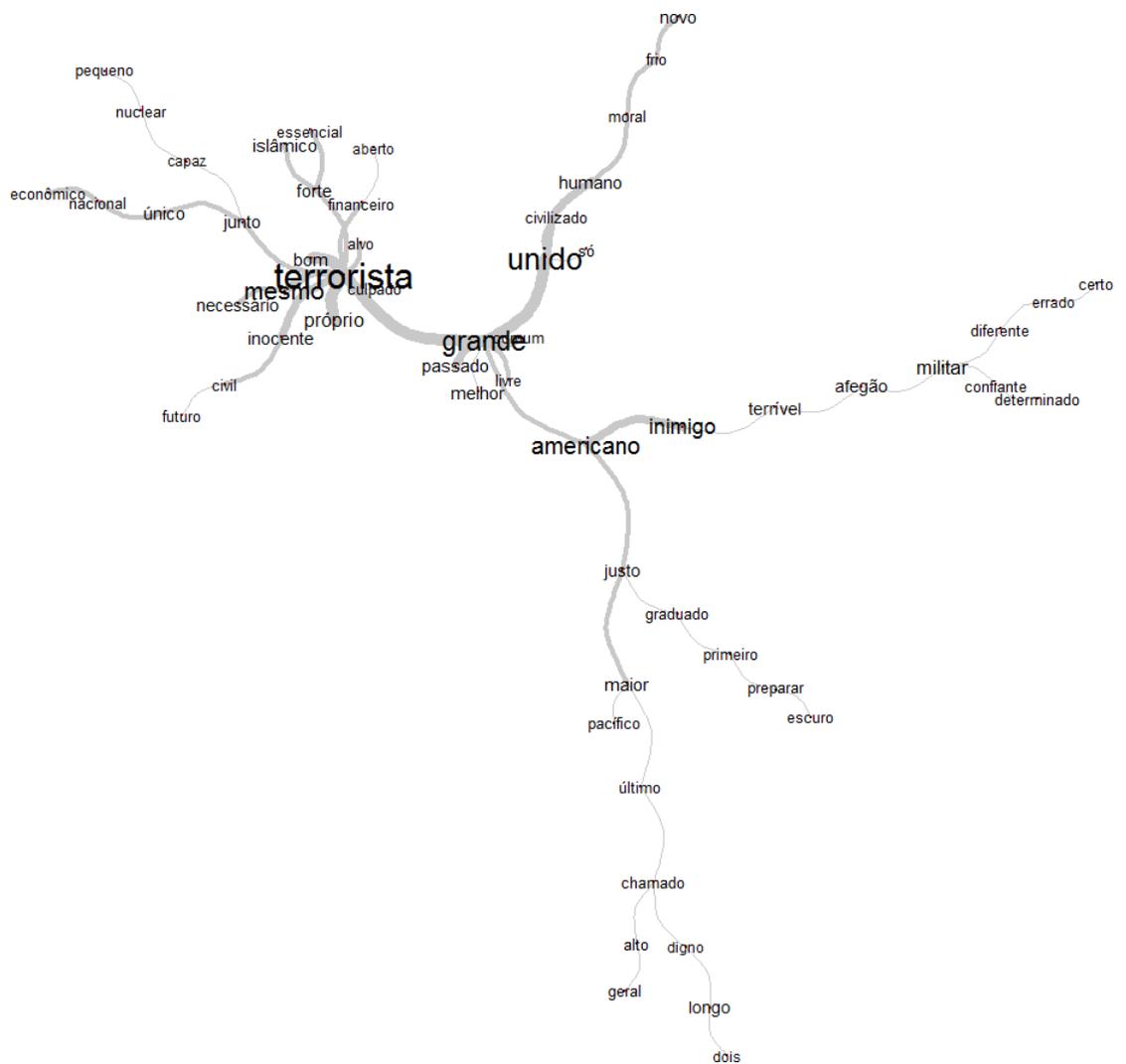
RESULTADOS OBTIDOS PELO IRAMUTEQ

Os dados foram analisados por estatística descritiva simples. O corpus foi constituído de três discursos do presidente Bush em três unidades textuais, respectivamente: texto um referente ao ‘Pronunciamento à Nação de 11 de setembro de 2001’, o ‘Pronunciamento direcionado a Assembleia Geral das Nações Unidas’ em 11/10/2001, ‘Discurso de West Point’ de Junho de 2002.

Primeiramente, realizou-se uma Análise de Similitude (figura 5), com a finalidade de analisar a relação e a conexão entre as palavras. O resultado apresentou cinco agrupamentos,

centralizados pelas palavras: Terrorista, Unido, Grande, Americano, Inimigo, e as que mais se aproximam. O gráfico também demonstra significados opostos em cada ponta de ramificação sendo a palavra destaque ‘Americano’ e seus similares: justo, pacífico, digno. Enquanto a palavra destaque ‘Inimigo’ se aproxima de: terrível, afegão, militar, diferente.

Figura 5: Análise de Similitude



Fonte: Pesquisa direta organizada com base no software iramuteq

Inevitável a contagem de quantas vezes foi destacada cada palavra. Dessa forma, análise do quadro 1, verificou-se que a centralidade dos discursos estava pautada em adjetivos de impacto e de agregação como: Nação, Unido. Além de adjetivos pelos quais os Estados Unidos sempre se orgulharam em representar: Grande, Paz e Liberdade. Novamente, as palavras de destaque são: Terrorista, América, Paz, Nação, Mundo. Ressaltando a América como a nação responsável pela paz e contra o terrorismo no mundo.

Para a emissão de todo discurso, à parte a finalidade específica que garante sua motivação, o locutor tem a necessidade de ter também garantido certo número de significações que considera suficientemente aceitas e assimiladas no ouvinte, cujo desconhecimento pode levá-lo a simplesmente recusar o discurso que lhe é dirigido (VIEIRA, 2005, 13). Assim, com o objetivo de levar o ouvinte à aceitação de suas ideias, Bush ressalta palavras de ampla aceitação na identificação do americano como pacífico, digno, justo, do bem, unido, próspero, livre, civilizado, grande, entre outros; paralelamente ao que ele não quer ser: terrorista, inimigo, pequeno, o alvo, terrível, o errado.

Como ressalta Bakhtin (1979) “O discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos”. Dessa forma, a série de discursos de retaliação não só representou a política de Bush, mas o sentimento da própria nação atingida, que pelo uso da retórica e de adjetivos impactantes como observado, convenciam os norte-americanos em se engajarem na nova guerra.

Orlandi (2000 *apud* VIEIRA p. 6, 2005) denomina “relação de sentidos”, segundo a qual não há discurso que não se relacione com outros. Um discurso apontaria para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Dessa forma, a superioridade de alguns princípios da cultura civilização ocidental são destacado em discursos passados e vêm tendo continuidade na fala do Ocidente na história. Da mesma forma que esses adjetivos (ser livre, racional, bom, democrático, justo, etc) de cunho cultural são tomados como justificativa de intervenções e práticas imperialistas.

Quadro 1 : Análise de Frequências

Palavra	Número de vezes usada
Nação	67
Mundo	34
Terrorista	32
América	29
Unido	25
Paz	25
Terror	24
País	21
Liberdade	21
Grande	20

Fonte: Pesquisa direta organizada com base no software iramuteq

Pode-se notar que as palavras de impacto ‘Terrorista, América, Paz, Nação, Mundo’ no ‘Pronunciamento a Nação’ são utilizadas poucas vezes em comparação aos demais discursos. Isso porque no dia de seu pronunciamento, no dia do ataque terrorista, a política externa de reação de Bush ainda estava sendo arquitetada, sendo sua posição mais clara e enfatizada nos discursos posteriores, na Assembleia Geral das Nações Unidas em 11/10/2001, e o discurso de West Point em 2002. Mais que uma análise textual, a análise do discurso é uma análise contextual da estrutura discursiva em questão.

Quadro 2 : Análise de frequência por discurso

	Pronunciamento à Nação	Pronunciamento na ONU	Discurso de WestPoint
Nação	3	28	26
Mundo	5	15	16
Terrorista	3	22	7
América	5	5	19
Unido	1	14	11
Paz	2	6	17
Terror	1	15	8
País	1	14	6
Liberdade	3	3	15
Grande	3	3	14

Fonte: Pesquisa direta organizada com base no software iramuteq

O início do século XXI ficou marcado com as imagens veiculadas ao vivo pelas emissoras de TV do mundo todo retratando o choque dos aviões contra as duas torres do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001. O atentado trouxe uma nova problemática para a segurança internacional: uma guerra que não estava direcionada a um país específico, mas a uma prática de ação política pautada em atentados terroristas.

A população americana temia em quem confiar. Os orientais já foram uma vez os que precisavam ser dominados, e agora juntamente com o fundamentalismo islã o uso da força parecia inevitável. O eixo do mal foi destacado em vários dos discursos de Bush, notadamente Irã, Iraque, Afeganistão e todos os países que impedissem o plano norte-americano.

Os estudos sobre povos orientais novamente tiveram centro no palco das discussões internacionais. Era necessário conhecer a cultura do outro à fins estratégicos. A Guerra ao Terror se resumiu em ações unilaterais, baseadas em princípios da corrente realista pelos EUA, já que não foi aprovada pelos demais países-membros do Conselho de Segurança da ONU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da humanidade vários foram os conflitos em que as civilizações passaram na dificuldade de conviver com modos de vida e práticas sociais tão distintas. Esse trabalho buscou especificamente identificar o reconhecimento das chamadas civilizações orientais e ocidentais, e suas consequências no reducionismo em encaixar uma variedade de identidades e culturas em estereótipos.

No século XX, o comunismo foi substituído pelo fundamentalismo islâmico como principal inimigo dos Estados Unidos, o qual se torna o condutor dos princípios ocidentais. Se a maior parte do planeta elegeu o sistema capitalista e a democracia como as melhores estruturas para se conviver em sociedade, também se deve levar em consideração que coexistem (podendo haver disputas) de diferentes formas de governos e sistemas econômicos.

Em meio do mundo globalizado houve o surgimento de novos atores transnacionais. Os atentados de 11 de Setembro sobre as Torres Gêmeas em Nova York nos EUA foram tomados como um marco histórico nessa construção social, devido à sua cobertura internacional primeiramente pelo presidente Bush, e principalmente na busca da compreensão do fenômeno em questão, que levou parcela da população ocidental a se alimentar de fontes orientalistas. Expôs-se a imagem vulgar de características físicas orientais de acordo com o local de nascimento aliado a práticas religiosas como se fossem sinônimos.

O Orientalismo servia no século XIX como uma ferramenta legitimadora da exploração colonial através de práticas imperialistas pautadas, na hipótese da inferioridade cultural de todas as civilizações não europeias, e muitas destas identificações ainda perduram ao longo do século XX. Como afirmou o grande historiador Eric Hobsbawm (1995), na introdução do seu livro *Era dos Extremos*, a nossa primeira tarefa é tentar compreender os fenômenos, e isso não significa aceitá-los.

Não se pode negar as mazelas que o Oriente Médio vivencia: Escolas ruins, governos repressivos e hábitos sociais que garantem taxas catastróficas de crescimento econômico. A vida das pessoas no Oriente Médio é de diários preconceitos, muitas vezes oficializados, baseados na religião, seita, etnia, tribo, cor da pele, nacionalidade, sexo, orientação sexual, idade, cidadania, trabalho e deficiência. Contudo, a falta de desenvolvimento nos países como Iraque, Afeganistão, Irã não justifica a intervenção sem consentimento de nações mais desenvolvidas como os EUA na busca de aplicar seus ideais ocidentais.

A ameaça do terrorismo é caracterizada como algo novo, de modo que os EUA deveriam buscar novos métodos de lidar e resolver a problemática. Os norte-americanos mudaram profundamente a maneira de encarar a presença de imigrantes e a chegada de visitantes, mudaram regras para entrada e permanência no país e aumentaram a fiscalização nos aeroportos.

Assim, qual então deveria ter sido a proposta de Bush diante da tragédia? A verdade é que o 11 de setembro poderia ter sido um divisor de águas para os norte-americanos, no sentido de não responder à violência com violência, na capacidade do país de se reinventar. Obviamente um Estado sobre ataque irá buscar se prevenir e buscar o maior número de aliados possíveis, mas acabar com um grupo terrorista nunca irá garantir o não surgimento de outros tantos, e nesse processo ainda põem em risco a vida de mais pessoas na aniquilação do outro.

Combater o terrorismo sempre será um árduo processo, e nele somente uma renovação mundial de tolerância entre os povos, pode mudar essa questão que já ganhou proporções gigantescas. Qualquer um sabe que não se combate violência com mais violência. Só o fazem assim os desprovidos de qualquer propósito lógico, ou os que desejam viver se alimentando dela. Os EUA atingiram seu objetivo de liderar o combate ao terrorismo ao jogar bombas no Afeganistão? Ganharam a Guerra ao Terror ao invadir o Iraque? Não. Então como alguma nação ainda sustenta ou é apoiada por esse tipo de política?

O terrorismo é um ataque direto aos direitos humanos e quando retaliamos nas mesmas proporções, não só estamos dando vitória aos terroristas mas sacrificando o que mais buscamos: a paz e o entendimento. Os romanos chamavam de bárbaros ou incivilizados aqueles que se revoltavam contra o regime ou não o praticavam, hoje a história se repete com os Estados Unidos e a sua relação com países que se incomodam com suas intervenções e acabam se rebelando.

A única forma de se combater o terrorismo é atacando as suas causas, e no centro dela estão as identidades e a falta de reconhecimento mútuo. Criar barreiras, sustentar ainda mais a segregação não é a solução no mundo globalizado em que vivemos. Reconhecer os novos estereótipo e o estudo sobre o Orientalismo é o primeiro passo para a mudança.

Ninguém nasce terrorista, pessoas empregadas e livres para prosperarem deixam de ser reféns dos grupos radicais, mas as oportunidades estão a mercê não só dos problemas de empatia social mas também da desigualdade econômica. Estimular a igualdade (em direitos) e não a guerra, essa deveria ser a nova política pós 11/09.

EUA e a Al Qaeda, ou qualquer outro grupo terrorista que venha a ser uma ameaça, não podem continuar nesse jogo de aniquilar o outro, ou inimigo, pois esse impasse não terá nunca um vencedor na medida em que novas gerações irão surgir com medos, intolerâncias e discurso de ódio a que foram repassadas. Esse processo é ainda mais errôneo primeiramente, pelo fato de haver confusões ao identificar o outro, e pelo fato de terrorista não ser um inimigo convencional dada a sua característica transnacional, a qual não depende de comando de nenhum Estado, sendo a retaliação de forma militar convencional, extremamente irracional.

Os EUA seriam líderes do discurso duplo de falar em paz e bombardeio ao mesmo tempo na ideia “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. O estudo acerca da legitimidade da intervenção humanitária que tinha uma recepção um tanto tímida, passou a ser mais amplamente criticada. Em 2003, a questão da violação dos direitos humanos e por um lado a defesa dos princípios ocidentais como ideais sobre os orientais voltou a ser utilizada como motivo para justificar a invasão do Iraque e Afeganistão. Embora quase ninguém duvide de que o regime iraquiano e afegão desrespeitasse sistematicamente os direitos humanos de seus próprios cidadãos, existem muitas dúvidas sobre por que intervir especificamente nesses países considerados o ‘eixo do mal’, e não em qualquer outro dos inúmeros estados que violam sistematicamente os direitos humanos de seus próprios cidadãos.

Não podemos mais deixar que os Estados Unidos usem o seu etnocentrismo para impor o que é certo ou o que é errado, quem seria o civilizado e incivilizado, devendo nós mesmos analisar profundamente a realidade e o outro sem julgamentos moralistas. Nem bárbaros nem civilizados, nem oriente nem ocidente. Se parássemos mais de categorizar e focássemos em aceitar que as diferenças são naturais no meio social, os problemas gerados pela intolerância seriam quase inexistentes.

Vivemos em um mundo em que os problemas de uma nação, grupo social, território, são problemas de todos. Investigar profundamente as práticas imperialistas, casos de orientalismos, ou a nova política externa do hegemônico não significa concordar, mas significa conhecer melhor as identidades no mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO Paulo e GENRO Tarso. *Refúgio Migrações e Cidadania*. Caderno de Debates 7, 2012.

AHMAD, Aijaz. *Linhagens do Presente*. São Paulo: Boitempo. 2002.

ARANHA, Mirian Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*: Ed. Ver- São Paulo: Moderna, 2005.

ASSAYAG, Jackie. *East and West. Orientalism, war and the colonial present*. Pesquisa etnográfica, 2007.

BARBOSA, Rubens Antônio. *Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, Brasil. vol.45, nº 1, p.72-91. 2002.

BATTISTELLA, Dario. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Senac, 2014.

BERNUSSI, Mariana. *Terrorismo e Relações Internacionais: Desafios Teóricos*. 2017.

BAKTIN, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Lahud M e Vieira Y. F. São Paulo,SP: Hucitec, 1979.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 12. ed. Porto: Porto, 2003.

BRANCOLI, Fernando. *Islã político, direitos humanos e democracia: rearticulações e possibilidades*. Revista de Relações Internacionais da UFGD, 2014.

BURUMA, Ian e MARGALIT, Avishai. *Ocidentalismo: O Ocidente nos olhos de seus inimigos*. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

BUSH, George W (2001). *Address to the Nation on the September 11 Attacks. In: Select Speeches of President George W. Bush: 2001-2008.* White House, p.57-58. 2009.

BUSH, George W (2001). *Address to the Nation on Operation in Afghanistan. In: Select Speeches of President George W. Bush: 2001-2008.* White House, p.75-78. 2009.

BUSH, George W (2001). *Address to the United Nations General Assembly In: Select Speeches of President George W. Bush: 2001-2008.* White House, p.83-90. 2009.

BUSH, George W (2002). *West Point Commencement. In: Select Speeches of President George W. Bush: 2001-2008.* White House, p.125-132. 2009.

BUZAN, Barry. *As implicações do 11 de setembro para o estudo das relações internacionais.* Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 24, p. 233-265, jul./dez. 2002.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade; volume II:* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Celso. *Evolucionismo Cultural.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/index.html>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

CHOMSKY Noam. *A nova guerra contra o terror.* 2002.

CHOMSKY Noam. *Desamericanizar o Mundo.* Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/noam-chomsky/2013/11/11/desamericanizar-o-mundo.htm?>> Acesso em: 28 agosto. 2017.

CHOMSKY, Noam. *Prerrogativas do poder.* Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/noam-chomsky/2014/02/06/prerrogativas-do-poder.htm>> Acesso em: 18 de agosto de 2017.

DADOUN, Roger. *La violence.* Paris, Hatie. 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

Global Firepower Index (GFP). Disponível em: <<http://www.globalfirepower.com>> Acesso em: 28 de agosto. 2017.

GUENÓN. René. *Introduction Générale a l'étude des Doctrines hindoues*. Paris, Les Editions Vége, 1964.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Editora DP&A, 11a ed. Rio de Janeiro, 2006. Título original: *The question of cultural identity*.

HELDER, Alexandre. *Oriente, Ocidente e Ocidentalização: discutindo conceitos*.

Revista da Faculdade de Seridó, v1, 2006.

HOBBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOFF, Natali. *George W. Bush e a Securitização do Terrorismo após os Atentados de 11 de Setembro de 2001*. UFPR 2017.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5º edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LOOMBA, Ania. *Colonialism/postcolonialism*. Routledge: London: New York, 2005.

MARTINS, Luciano. *A substituição da política pelo terror e violência*. Revista Política Externa, v. 10, n.3, p. 17-31, dez./fev. 2002. NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL.

- MAZZETTI, Mark. *Guerra Secreta: a CIA, um exército invisível e o combate nas sombras*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- MEAD, Walter Russel. *Poder, Terror, Paz e Guerra: os Estados Unidos e o mundo contemporâneo sob ameaça*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MEARSHEIMER, John J. *The Israel Lobby and U.S. ForeignPolicy*. [S.l.]: Macmillan, 2007.
- NEMO, PHILIPPE. *O que é o Ocidente?* São Paulo: Edunesp, 2004.
- NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NOGUEIRA, J. *Ética, Terror e Soberania*. Clacso, 2004.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- PIPES, Daniel. Disponível em <http://pt.danielpipes.org/5637/o-inimigo-tem-um-nome>. Acesso: 06 de novembro de 2017.
- QUAY, Sara; Damico, Amy (14 de setembro de 2010). *September 11 in Popular Culture: A Guide*. [S.l.]: Greenwood Publishing Group.
- RAPOPORT, David. *Four waves of modern terrorismo*. 2004.
- RATINAUD, P. IRAMUTEQ: *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, Computer software, 2009*. Disponível em: Acesso em: 02 de nov. 2017.
- REIS, Rossana R. *Os Direitos Humanos e a Política Internacional*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 2006.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor L. *11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade o terrorismo de Estado*. Revista de Sociologia e Política. 2014.

SANDANO, Carlos. *Uma crítica à tese do choque de civilizações*. Disponível em: <http://www.pluricom.com.br/forum/uma-critica-a-tese-do-choque-de-civilizacoes> Acesso em: 18 nov. 2017.

SILVA, Leonardo. *A evidência de práticas orientalistas como instrumento do imperialismo no pós-11 de Setembro*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2013.

SMAILI, Soraya. *Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: enlaced entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2015.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG. 2010.

SPROVIERO, Mário B. *Ocidente e Oriente: Demarcação. Mirandum*. Pamploma v. 4, p.45-58, 1998. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mirand4/orientee.htm>> Acesso em: 25 de agosto 2017.

TEODÓSIO, Bianor. *Republicanos, Democratas: A política externa do governo George W. Bush e o 11 de Setembro de 2001*. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *O Medo dos Bárbaros: para além do choque das civilizações*. Petrópolis: Vozes. 2010.

VALÉRIO, Marcus. Disponível em <<http://www.xr.pro.br/ensaios/maniqueismo.html>> Acesso em: 03 jun. 2017.

VIGEVANI, Tullo e OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. *A política externa norte-americana em transição: de Clinton a George W. Bush*. Política Externa, v. 10, nº 2, set./out./nov. 2001.

WELLAUSEN, Saly da Silva. *Terrorismo e os atentados de 11 de setembro*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(2): 12 de outubro de 2002.

WHITE HOUSE: National Security Council

<<http://www.whitehouse.gov/administration/eop/nsc/>>. Acesso em: 23 de outubro de 2017.

ZAHREDDINE e TEIXEIRA. *A ordem regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados de 11 de Setembro*. Rev. Sociol. Polit. vol.23 no. 53 Curitiba Mar. 2015.